

# RELATÓRIO DE GESTÃO

2018



**Relatório de Gestão do Ano de 2018**  
**Força Aérea Portuguesa**  
**NIF 600 010 686**  
**Avenida da Força Aérea Portuguesa, n.º 1**  
**2614-506 Amadora**  
**E-Mail: [rp@emfa.pt](mailto:rp@emfa.pt)**



## NOTA DE ABERTURA

Encerrado mais um ano económico, é tempo de proceder à análise da gestão efetuada, materializada nos resultados alcançados e nos recursos utilizados face aos objetivos traçados, de modo a permitir o delinear de novas metas, novos objetivos, novos desafios, numa perspetiva de melhoria contínua, de processos e procedimentos, que permitam obter, quer uma maior eficiência, quer uma maior eficácia, no cumprimento da missão atribuída à Força Aérea.

É neste enquadramento que se publica o Relatório de Gestão, como ferramenta legalmente estatuída no regime da administração financeira do Estado, constituindo o culminar do planeamento definido no Plano Anual de Atividades.

O contexto macroeconómico nacional da última década, caracterizado pelos acentuados constrangimentos orçamentais verificados, inseridos numa política orçamental que visa a consolidação, sustentabilidade e estabilidade financeira do país, a que a Força Aérea não ficou isenta, impôs uma incessante necessidade de encontrar e aprimorar novas metodologias de trabalho, consubstanciadas numa definição criteriosa de prioridades, de destriça entre o essencial e o acessório, de racionalização de recursos, conjugados com uma execução e um controlo estreito e rigoroso, assentes em princípios basilares de gestão, como a integridade, a transparência e a credibilidade dos atos.

A manutenção perpetuada no tempo de uma situação de subfinanciamento não é, contudo, inconsequente. Se, ao nível do funcionamento, se atingiram os limiares do requerido para uma instituição que se pretende que seja resiliente, responsiva e eficaz, a nível operacional o regime de esforço, a taxa de prontidão e a qualificação e treino operacional das tripulações foram restringidos aos mínimos necessários. A especificidade, a componente altamente tecnológica e a exigência e rigidez dos requisitos de manutenção e de operação dos meios aéreos, a que acrescem as pressões de integração dos novos sistemas de armas, impõem a premente recuperação da vertente operacional, para níveis adequados, o que implica uma inversão na tendência do investimento verificada, não possível de enquadrar no horizonte temporal do curto prazo.

A Força Aérea, integrando o Sistema de Forças Nacional, tem por missão cooperar na defesa militar da República, através da realização de operações aéreas, e na defesa aérea do espaço nacional. Acrescem as missões no âmbito dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado e as missões de interesse público em apoio às populações, em dimensões tão variadas como a busca e salvamento e a vigilância e reconhecimento, a que acresce o vetor do comando e gestão centralizados dos meios aéreos de combate a incêndios rurais por meios próprios do Estado ou outros que sejam sazonalmente necessários. Todas elas testemunharam o empenho, o profissionalismo e comprometimento dos militares e civis da Força Aérea, mesmo perante as adversidades verificadas.

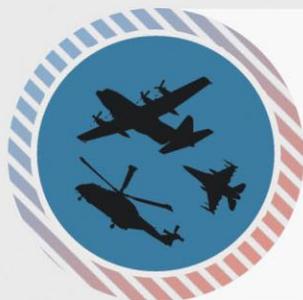
A missão foi cumprida "EX MERO MOTU". Pretende-se assim, continuar, focados no interesse nacional e no cumprimento das missões que a Nação nos reservar.

O General CEMFA

Joaquim Manuel Nunes Borrego



# SUMÁRIO



## Atividade Operacional

Durante o ano de 2018, a Força Aérea realizou 11.241 saídas, correspondendo a 17.413 horas de voo, das quais 1.613 horas de voo foram realizadas em missões internacionais. Foram efectuados 35 salvamentos em 121 missões de busca e salvamento. Foram realizadas 465 evacuações sanitárias, maioritariamente nos Açores e Madeira, e 39 evacuações a navios, totalizando o salvamento de 609 doentes. No âmbito da fiscalização das pescas foram efectuadas 74 missões, cobrindo uma área de 4.606.800 NM<sup>2</sup>.

## Recursos Humanos

No final do ano de 2018, a Força Aérea tinha 6.676 efetivos na sua estrutura, uma variação positiva de 1,5 % relativamente ao ano anterior. O aumento de efectivos deve-se, essencialmente, ao aumento verificado nas categorias de oficiais e de civis. Apesar de, no último ano, se ter verificado um ligeiro aumento do número de efetivos, a redução observada nos últimos anos continua a ter um impacto negativo na capacidade operacional.



## Orçamento

A Força Aérea teve, no ano de 2018, uma taxa de execução orçamental de 93,31 %, no cômputo global, o que representa um montante executado de 368 milhões de euros. Neste montante estão incluídas as verbas respeitantes às Forças Nacionais Destacadas e aos orçamentos de investimento. As dotações atribuídas à Força Aérea foram restringidas por mecanismos legais, designadamente, as reservas legais, os cativos legais e os cortes nos fundos disponíveis.

## Património

A 31 de dezembro de 2018, o ativo da Força Aérea totalizava cerca de 6,015 mil milhões de euros, composto, maioritariamente, por terrenos, edifícios, infraestruturas, bens e equipamentos militares. As dívidas de clientes totalizaram 11,2 milhões de euros, sendo que as dívidas de cobrança duvidosa tiveram um ligeiro aumento relativamente ao ano transato. O resultado líquido foi positivo, totalizando 13,8 milhões de euros.



## Perspetiva Futura

Uma gestão ponderada e a optimização dos recursos disponíveis são essenciais para colmatar a conjuntura financeira nacional, que tem restringido, de forma expressiva, o financiamento para a sustentação das frotas da Força Aérea. No ano de 2018, 53,3 milhões de euros foram direcionados para custos diretos com a operação. Este valor é significativamente inferior ao montante necessário para fazer face às necessidades decorrentes do nível de ambição previsto no Conceito Estratégico Militar e vertido no sistema de Forças Nacionais. Apesar dos constrangimentos, é fundamental que a Força Aérea continue a manter a capacidade de cumprir, em segurança e com eficácia, as missões atribuídas.



# AERONAVES



FALCON 50



F-16 FIGHTING FALCON



DHC-1 CHIPMUNK



TB-30 EPSILON



C-130 HERCULES



C-295 M



P-3C ORION



SE 3160 ALOUETTE III



EH-101 MERLIN



AW119MKII "KOALA"



PLANADOR



## IV. Lista de Abreviaturas

AFA – Academia da Força Aérea	LOBOFA – Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
CA – Comando Aéreo	LOFA – Lei Orgânica da Força Aérea
CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea	LPM – Lei de Programação Militar
CFMTFA – Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea	MDN – Ministério da Defesa Nacional
CLAFa – Comando da Logística da Força Aérea	MLU – <i>Mid Life Update</i>
CPESFA – Comando de Pessoal da Força Aérea	OC – Órgãos de Conselho
C-130H – <i>Lockheed C-130H / H-30 Hercules</i>	OE – Objetivo Estratégico
C-295M – <i>EADS C-295M</i>	ONC – Órgãos de Natureza Cultural
DFFA – Direção de Finanças da Força Aérea	ONU – Organização das Nações Unidas
DGO – Direção-Geral do Orçamento	OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
DIVPLAN – Divisão de Planeamento	PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
DJFA – Departamento Jurídico da Força Aérea	POCP – Plano Oficial de Contabilidade Pública
EH-101 – <i>Agusta-Westland EH-101 Merlin</i>	QP – Quadro Permanente
EMFA – Estado-Maior da Força Aérea	QRA-I - <i>Quick Reaction Alert-Interceptor</i>
EMGFA – Estado-Maior-General das Forças Armadas	RC – Regime de Contrato
FISS - <i>Full In Service Support</i>	SG-MDN - Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
FND – Forças Nacionais Destacadas	SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
F-16 – <i>Lockheed Martin F-16 A</i>	SIG - Sistema Integrado de Gestão
F-16 MLU – <i>Lockheed Martin F-16 AM</i>	SIGDN – Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional
GCEMFA – Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea	TAV – Taxa Anual de Variação
HV – Horas de Voo	UE – União Europeia
IGFA – Inspeção-Geral da Força Aérea	VCEMFA – Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado	VDI - Vigilância, Detecção e Identificação
LDN – Lei de Defesa Nacional	VRP - Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento
LIM - Lei das Infraestruturas Militares	



## Índice

I.	Nota de Abertura	
II.	Sumário	
III.	Sistemas de Armas	
IV.	Lista de Abreviaturas	
1.	Introdução.....	1
1.1	Enquadramento .....	1
1.2	Aspetos Contabilísticos.....	2
1.3	Estrutura Organizacional .....	3
2.	Análise da Atividade Desenvolvida .....	5
2.1	Estratégia de Gestão.....	5
2.2	Sistemas de Informação .....	7
2.3	Recursos Humanos .....	9
2.3.1	Indicadores de Atividade .....	12
2.4	Atividade Logística.....	13
2.4.1	Indicadores de Atividade .....	15
2.5	Atividade Operacional .....	16
2.5.1	Indicadores de Atividade .....	21
2.6	Instrução .....	21
2.6.1	Indicadores de Atividade .....	23
3.	Análise ao Orçamento da Receita e da Despesa .....	24
3.1	Estrutura da Receita e da Despesa .....	24
3.2	Execução Orçamental por Fonte de Financiamento.....	27
3.3	Execução das Missões com Forças Nacionais Destacadas .....	29
3.4	Execução do Plano Plurianual de Investimentos .....	30
3.4.1	Lei de Programação Militar.....	30
3.4.2	Lei das Infraestruturas Militares.....	32
3.4.3	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central .....	33
3.5	Evolução da Receita e da Despesa.....	33
3.5.1	Indicadores Orçamentais .....	35
4.	Análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados .....	36
4.1	Análise da Situação Patrimonial – Balanço .....	36
4.2	Análise das Contas de Exploração – Demonstração de Resultados .....	37
4.2.1	Indicadores Financeiros .....	40
4.3	Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo .....	40
4.4	Informação sobre publicidade institucional .....	41
5.	Perspetiva futura.....	42
5.1	Objetivos de Gestão .....	42
5.2	Pessoal .....	43
5.3	Operação.....	44
5.4	Capacidades Militares.....	46

## Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma da Força Aérea.....	4
--	---

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Perspetivas de Gestão da Força Aérea .....	6
Tabela 2 – Indicadores de Atividade.....	13
Tabela 3 – Despesa Efetuada nas Múltiplas Vertentes Logísticas por Fonte de Financiamento (2018).....	15
Tabela 4 – Indicadores de Atividade.....	16
Tabela 5 – HV por Tipo de Missão (2018) .....	19
Tabela 6 - HV Realizadas em Missões Internacionais .....	20
Tabela 7 – Indicadores de Atividades .....	21
Tabela 8 – Inscrições e Reprovações na Academia da Força Aérea .....	22
Tabela 9 – Indicadores de Atividades .....	23
Tabela 10 – Receitas de Fundos Próprios (2018).....	24
Tabela 11 – Estrutura da Despesa (2018) .....	25
Tabela 12 – Grau de Execução por Fonte de Financiamento (2018) .....	28
Tabela 13 – Evolução do Orçamento Disponível.....	29
Tabela 14 – Execução da Lei de Programação Militar por Capacidade (2018).....	31
Tabela 15 – Execução da LIM .....	33
Tabela 16 – PIDDAC: Execução do Orçamento.....	33
Tabela 17 – Indicadores de Execução Orçamental (2018).....	35
Tabela 18 – Balanço.....	37
Tabela 19 – Demonstração de Resultados .....	39
Tabela 20 – Indicadores de Execução Financeira .....	40

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Pessoal na Efetividade de Serviço por Categoria .....	10
Gráfico 2 - Distribuição por Género .....	11
Gráfico 3 - Variação de Efetivos por Género (2017/2018).....	11
Gráfico 4 - Nível de Formação (2018).....	12
Gráfico 5 - Aeronaves Atribuídas, Disponíveis e Prontas (2018).....	13
Gráfico 6 - Ações de Manutenção por Frota (2018) .....	14
Gráfico 7 - HV: Nível de Ambição/Planeadas/Efetuadas (2018).....	17
Gráfico 8 – HV por Tipo de Atividade .....	18
Gráfico 9 - Atividade do CFMTFA .....	22
Gráfico 10 - Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores .....	26
Gráfico 11 – Despesa: Pessoal vs Funcionamento e Operação .....	27
Gráfico 12 - Execução Orçamental das FND (2018) .....	30
Gráfico 13 - Evolução da Receita .....	34
Gráfico 14 - Evolução da Despesa Orçamental .....	35
Gráfico 15 – Síntese das Dívidas de Clientes .....	41

## 1. Introdução

### 1.1 Enquadramento

O relatório de gestão, como documento de reporte a constar da conta de gerência, a apresentar pela Força Aérea ao Tribunal de Contas, visa demonstrar, de uma forma clara, simples e objetiva, as práticas de gestão desenvolvidas pela Força Aérea no cumprimento da sua missão.

Não se cingindo ao seu carácter normativo, o presente documento permite uma análise refletida aos atos praticados, no decorrer do ano de 2018, espelhando a estratégia adotada pela Força Aérea, num ambiente adverso de manutenção, por mais de uma década, de uma situação subfinanciamento, numa atividade que ser quer altamente tecnológica e na vanguarda do desenvolvimento. Neste contexto, pretende, ainda, viabilizar aos diferentes *stakeholders* uma imagem real da missão superiormente atribuída à Força Aérea, dos diferentes recursos disponíveis, da sua aplicação, almejando, sempre, o patamar da excelência na gestão praticada.

É neste intuito que o relatório de gestão se alicerça, evidenciando, de uma forma concisa, mas completa, a performance, o modelo de *governance* e as perspetivas futuras, permitindo a compreensão da Força Aérea, na sua globalidade, como parte integrante do sistema de forças nacional, procurando sinergias entre as lições do passado e as estratégias para o futuro.

Com o objetivo de assegurar os princípios da continuidade e comparabilidade da informação financeira a prestar, a estrutura do relatório de gestão mantém-se coesa com os relatórios efetuados nos anos anteriores.

No primeiro capítulo é efetuada uma introdução aos objetivos do relatório de gestão, aos aspetos contabilísticos que o enquadram e uma apresentação sumária da estrutura da Força Aérea.

No segundo capítulo é abordada a atividade da Força Aérea, nas suas componentes mais relevantes, apresentando, sempre que adequado, indicadores ilustrativos do desempenho alcançado.

O terceiro capítulo engloba a execução orçamental, analisando as componentes do orçamento de receita e de despesa, por fonte de financiamento, bem como dos programas de investimento.

A perspetiva patrimonial é analisada no quarto capítulo, onde são abordados os aspetos materialmente mais relevantes do balanço e da demonstração de resultados, assim como a evolução das dívidas de terceiros de curto prazo.

No quinto e último capítulo é efetuada uma reflexão sobre a perspetiva futura, sendo apresentadas as linhas orientadoras dos atos de gestão da Força Aérea.

Neste contexto, de acordo com a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, Lei de Enquadramento Orçamental, na sua redação atual, é apresentado o relatório de gestão, como documento integrante da prestação de contas da Força Aérea.

### **1.2 Aspetos Contabilísticos**

A prestação de contas tem em consideração as normas estabelecidas no n.º 1, da parte III – Documentação a remeter ao Tribunal de Contas, das Instruções n.º 1/2004 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas – Instruções para a organização e documentação das contas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

O sistema de contabilidade utilizado pela Força Aérea, onde assenta a prestação de contas, é suportado pelo Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN), partilhado pelos vários organismos do Ministério da Defesa Nacional (MDN), estando na dependência da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG-MDN).

O SIGDN constitui um projeto de grande dimensão, modular e de implementação faseada. Os seus objetivos iniciais consistiram na aplicação do POCP, na adesão ao regime de administração financeira do Estado e na padronização de procedimentos através da integração da informação sob uma plataforma tecnológica comum, com a finalidade de produzir informação agregada para a gestão aos diversos níveis da defesa nacional. Atualmente, o desafio consubstancia-se na aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e na estabilização da operacionalização do módulo de recursos humanos e vencimentos.

O ano de 2018 testemunha, assim, a intensa atividade desenvolvida no sentido da implementação, em SIGDN, do módulo de recursos humanos e vencimentos, enquanto terceiro vértice estruturante da contabilidade de gestão na Força Aérea, a par dos módulos financeiro e logístico, elevando, assim, o nível de eficiência resultante da integração financeira. Concomitantemente, e com grande

peso no domínio contabilístico, densificaram-se, ainda, os trabalhos tendentes à adoção do SNC-AP. Neste âmbito, destacam-se os contributos para a definição das políticas contabilísticas agregadas ao nível da SG-MDN, o necessário acompanhamento, complementado pela realização de testes de aceitação à consistência operacional das alterações efetuadas em SIGDN, a continuidade de formação dos recursos humanos afetos à área financeira e o aprofundamento da análise e da avaliação do imobilizado afeto à Força Aérea, bem como os trabalhos de reconhecimento de outros ativos, resultantes da exigência normativa do novo sistema contabilístico, nomeadamente, dos ativos biológicos.

Ainda no ano de 2018, e como última nota introdutória, destacam-se os trabalhos de migração contabilística do imobilizado do extinto Hospital da Força Aérea para o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA).

### **1.3 Estrutura Organizacional**

A atual estrutura organizacional da Força Aérea decorre do processo de reorganização da estrutura superior da defesa nacional e das Forças Armadas, que culminou com a aprovação da Lei de Defesa Nacional (LDN), da Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA) e da Lei Orgânica da Força Aérea (LOFA).

Neste âmbito, a Lei n.º 31-A/2009, de 7 de julho, aprovou a LDN que, após a Declaração de Retificação n.º 52/2009, de 20 de julho, passou a designar-se Lei Orgânica n.º 1-B/2009, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto.

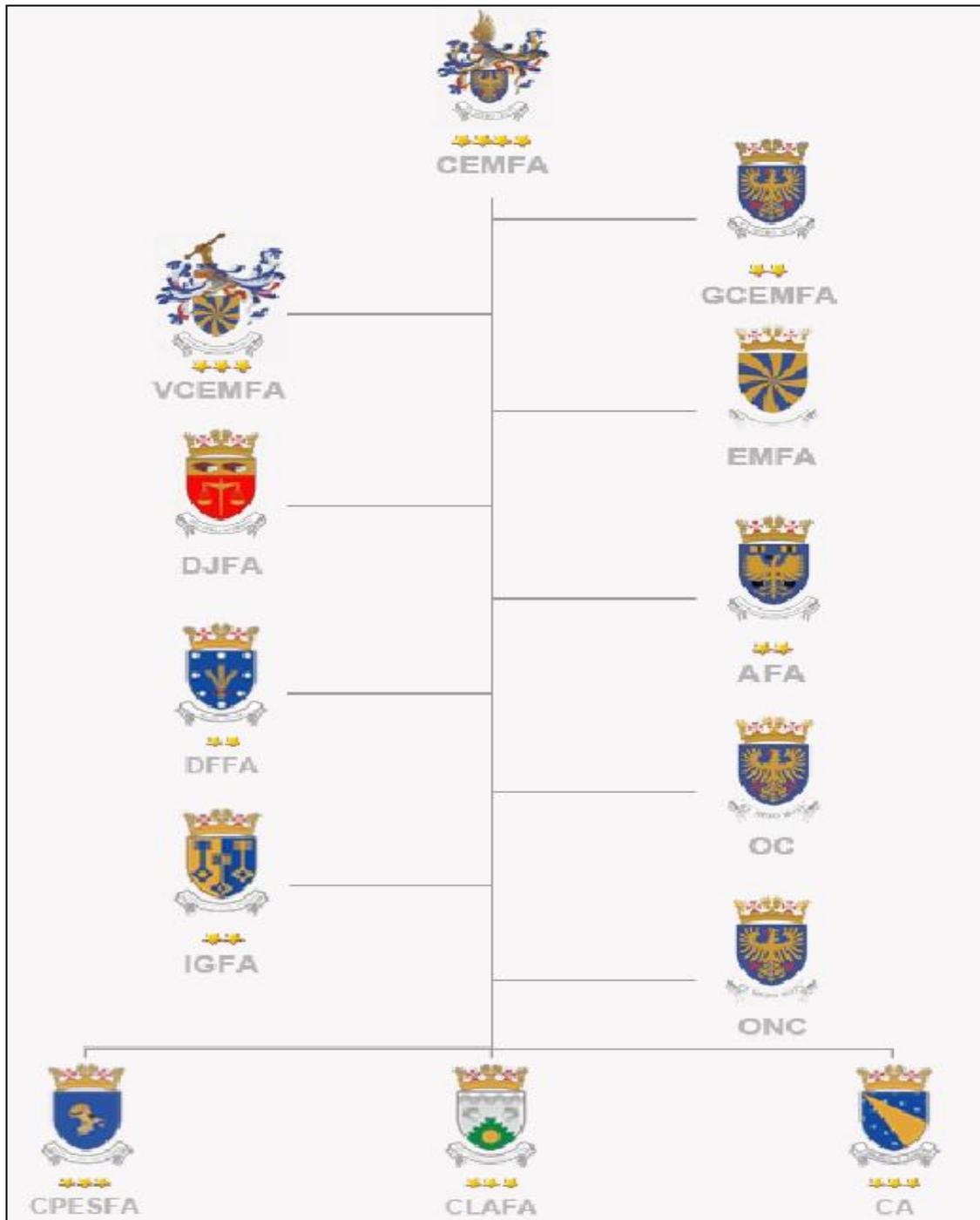
A LDN reflete os princípios basilares da defesa nacional, da política de defesa nacional, da defesa da Pátria e do estado de guerra, definindo, ainda, as responsabilidades dos órgãos do Estado, as atribuições e a estrutura do MDN, o papel das Forças Armadas na defesa nacional, a sua missão e os direitos associados à condição militar.

A LOBOFA foi aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 07 de julho, posteriormente alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 01 de setembro. Esta lei estabelece as bases da organização das Forças Armadas, no que respeita aos princípios gerais, à organização, ao funcionamento e à missão das mesmas.

No desenvolvimento do regime jurídico da LOBOFA, na sequência das alterações legislativas introduzidas no ano de 2014, foi publicado o Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, que aprovou a nova LOFA, que entrou em vigor a 01 de janeiro de 2015.

A Figura 1 apresenta o organograma da macroestrutura da Força Aérea, a 31 de dezembro de 2018.

Figura 1 - Organograma da Força Aérea



Fonte: <http://www.emfa.pt/www/unidades>

## 2. Análise da Atividade Desenvolvida

### 2.1 Estratégia de Gestão

Os documentos matriciais da política de defesa nacional suportam-se nos objetivos da defesa nacional e nos objetivos conjunturais, aos níveis nacional e internacional. Estes documentos contêm as orientações estratégicas que norteiam as atividades desenvolvidas na Força Aérea.

O objetivo primário da Força Aérea é o cumprimento da missão. Nos termos da Constituição e dos restantes normativos legais, deve participar, de forma integrada, na defesa militar da República, sendo, fundamentalmente, vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios operacionais. A sua missão integra, ainda, os compromissos internacionais assumidos pelo Estado.

Complexificados pelo ambiente de incerteza económica e constrangimentos presentes, o cumprimento da missão e a concretização das atividades atribuídas à Força Aérea impõem um planeamento criterioso e um controlo eficiente que permitam alcançar as metas propostas. Neste contexto, e visando uma Organização ágil, flexível e adaptável e focada nas atribuições superiormente atribuídas, são definidos objetivos estratégicos que pautam o planeamento a jusante.

Os objetivos estratégicos da Força Aérea para o sexénio 2017-2022 estão definidos no Despacho n.º 15/2017, Objetivos de nível estratégico da Força Aérea 2017-2022, de 24 de fevereiro, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) e na Diretiva n.º 04/2017, Diretiva de Planeamento da Força Aérea 2017-2022, de 24 de fevereiro, do CEMFA:

- OE1 - Dinamizar a edificação, sustentação e evolução das capacidades operacionais, complementares e do apoio logístico, a fim de maximizar a segurança e a eficiência da componente aérea do Sistema de Forças;
- OE2 - Desenvolver a Força Aérea, assente numa gestão de pessoal sustentável e no desenvolvimento de ações tendentes a envolver e apoiar a família, que estimule a cultura, a inovação e a criatividade, melhore a capacidade de recrutamento e seleção e promova a valorização do potencial humano, através de uma formação e treino continuados, de qualidade, incentivando o mérito, a motivação e a retenção;
- OE3 - Promover a otimização sistémica da organização, maximizando a *governance*, a sustentabilidade e a eficiente gestão dos recursos, fortalecendo a cooperação transversal e valorizando a comunicação e imagem junto da sociedade e dos cidadãos.

A tomada de decisão é influenciada pela volatilidade dos ambientes internos e externos, desta forma, a estratégia da Força Aérea é enquadrada nas perspetivas de gestão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Perspetivas de Gestão da Força Aérea

Produto Operacional	Com vista a gerar confiança e segurança para os cidadãos, a obter sucesso operacional e organizacional perante o Estado e a tornar-se um aliado reputado e competente das Organizações e dos Países Aliados.
Processos Internos	Que promovam condições de excelência na obtenção do produto operacional, designadamente, através de processos críticos, como a afirmação do Poder Aéreo, a edificação e o emprego das capacidades, a prontidão operacional, a garantia de uma logística agilizada e projetável, a preservação de uma cultura organizacional e a promoção de boas relações com o exterior.
Aprendizagem e Crescimento	Dentro e fora da Organização, de forma a assegurar uma efetiva criação de valor na Organização, apostando nas competências das pessoas que nela servem e na modernização dos Sistemas de Armas e da infraestrutura tecnológica.
Gestão de Recursos	O grau de sucesso de tudo o que se faz na Força Aérea depende, maioritariamente, do valor dos seus recursos e do grau de eficiência patenteado na sua gestão, particularmente, das pessoas que servem a Instituição.

Fonte: Diretiva n.º 4/2017 do CEMFA, de 24 de fevereiro de 2017

O planeamento e o controlo da gestão realizados pela Força Aérea têm como orientação dois documentos basilares, o plano anual de atividades e o relatório anual de atividades, estatuídos pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, que estabelece o regime da administração financeira do Estado e normalizados pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro. Na Força Aérea, constituem base destes documentos, os objetivos estratégicos delineados, os subsequentes objetivos operacionais e as atividades definidos na referida Diretiva n.º 04/2017, Diretiva de Planeamento da Força Aérea, do CEMFA, de 24 de fevereiro.

A conjuntura de restrição orçamental, perpetuada por mais de uma década, tem vindo a limitar a atividade da Força Aérea, afetando a consecução destes objetivos, com especial incidência no regime de esforço da atividade aérea. O ano de 2018 não foi exceção: o nível de ambição vertido no Plano de Contingência 2012-2018, documento enquadrador de uma estratégia de curto/médio prazo, não foi alcançado.

Em conformidade com os anos anteriores, de forma a minimizar o impacto do cenário de restrição orçamental, deu-se continuidade à política de otimização da eficiência da operação e da sustentação dos sistemas de armas. Esta política inclui controlos mensais e revisões trimestrais do regime de esforço, sustentados por uma permanente e exigente atualização da capacidade de sustentação das frotas e da disponibilidade financeira para suportar os respetivos encargos, baseada na análise do grau de cumprimento dos planeamentos mensais de cada Unidade Aérea.

### **2.2 Sistemas de Informação**

A Força Aérea continuou, durante o ano de 2018, o reforço da qualificação dos seus militares na área de ciberdefesa, nomeadamente, através da participação em diversos exercícios, conjuntos e/ou combinados, e da frequência de ações de formação. As crescentes exigências na criação de capacidade de prevenção e resposta a incidentes de segurança informática levaram à participação, deste Ramo, no projeto conjunto, liderado pelo EMGFA, de dinamização da capacidade de ciberdefesa das Forças Armadas.

No âmbito da iniciativa *Federated Mission Networking*, que almeja a interoperabilidade das capacidades apresentadas pelos Estados afiliados aquando da constituição de redes de missão, Portugal alcançou a validação ao nível da interoperabilidade de serviços, tendo a Força Aérea uma participação significativa na equipa constituída para o efeito. A validação é assegurada através da participação em exercícios conjuntos e combinados.

O suporte aos processos da organização, através de sistemas de informação, sofreu, no ano de 2018, um forte impulso, consubstanciando-se no término do processo de preparação da migração dos sistemas de informação de gestão da área de recursos humanos e vencimentos para o SIGDN. O término deste processo permite a inativação de sistemas em obsolescência tecnológica e o redirecionamento de recursos para sistemas que se encontram em desenvolvimento, nomeadamente, os sistemas de gestão de manutenção de aeronaves e operacional.

Na componente de sistemas de informação foi ainda desenvolvido um sistema de apoio à Autoridade Aeronáutica Nacional, visando a agilização de interações entre aquela entidade e os utentes dos serviços disponibilizados.

O ano de 2018 foi, também, marcado pela intensificação do desenvolvimento de processos conducentes à conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, em vigor desde 26 de maio desse ano. Neste âmbito, foram criados processos de identificação e análise dos diversos tratamentos de dados da Instituição e iniciado o desenvolvimento de normativos e regulamentação adequados. Decorrente da implementação do regulamento supramencionado, a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março, que estipula um conjunto de requisitos mínimos técnicos das redes e sistemas de informação em exploração nas entidades da administração pública, conduziu a um processo de adaptação das redes e sistemas internos aos requisitos estabelecidos.

No âmbito da infraestrutura tecnológica, num projeto conjunto com o EMGFA, foi concluída a renovação do anel de comunicações do sul do país. No plano interno, iniciou-se a modernização da infraestrutura física das redes internas das Unidades de Ovar e de Monte Real. Iniciou-se, também, no Centro de Dados da Força Aérea, o processo de renovação tecnológica, nomeadamente, na área de comunicações e segurança, e foi reforçada a capacidade de armazenamento de dados. Da mesma forma, prosseguiu o processo de renovação de postos de trabalho, decorrente da obsolescência tecnológica e do término do suporte por parte de alguns fabricantes, dos equipamentos e sistemas mais antigos.

No que respeita a sistemas de segurança passiva, assistiu-se ao processo de substituição de equipamentos de videovigilância e à expansão de capacidades do sistema em diversas Unidades da Força Aérea.

No que concerne aos sistemas de apoio à atividade aeronáutica, nomeadamente, sistemas de comunicações, navegação e vigilância para gestão do tráfego aéreo (CNS/ATM), foi executado o projeto de implementação de um sistema de gestão de informação aeronáutica, que visa cumprir com a regulamentação estipulada pela *International Civil Aviation Organization* e pela *Eurocontrol*, em conformidade com o Regulamento (EU) N.º 73/2010, da Comissão de 26 de janeiro de 2010, que estabelece os novos requisitos aplicáveis à qualidade dos dados aeronáuticos e da informação aeronáutica (*Aeronautical Data Quality and Exchange*), no pilar Céu Único Europeu – *Single European Sky - ATM Research*.

Ainda na componente CNS/ATM, prosseguiu o desenvolvimento do projeto de implementação de uma infraestrutura de rede que permita o acesso a um conjunto de serviços de apoio à gestão do tráfego aéreo, disponibilizados pela Eurocontrol, com financiamento parcial no âmbito do *Single European Sky - ATM Research*.

Na componente de sistemas de comando e controlo, integrados no sistema de defesa aérea, o projeto de implementação do sistema *OTAN Air Command and Control System (ACCS)* atingiu a fase de testes formais ao sistema no site nacional, localizado em Monsanto, tendo-se, contudo, verificados novos deslizes no calendário do programa, impostos por condicionantes externas. A aceitação provisória da componente nacional do sistema é, agora, estimada para o ano de 2020. No sistema atualmente em exploração foi efetuada uma profunda modernização tecnológica no sistema de processamento automático de dados de vigilância, instalado no Centro de Reporte e Controlo.

A manutenção do centro alternativo ao centro de comando e controlo principal, localizado em Beja, foi robustecida com o projeto, em fase final, de substituição de sistemas de arrefecimento e ventilação, bem como de extinção de incêndios.

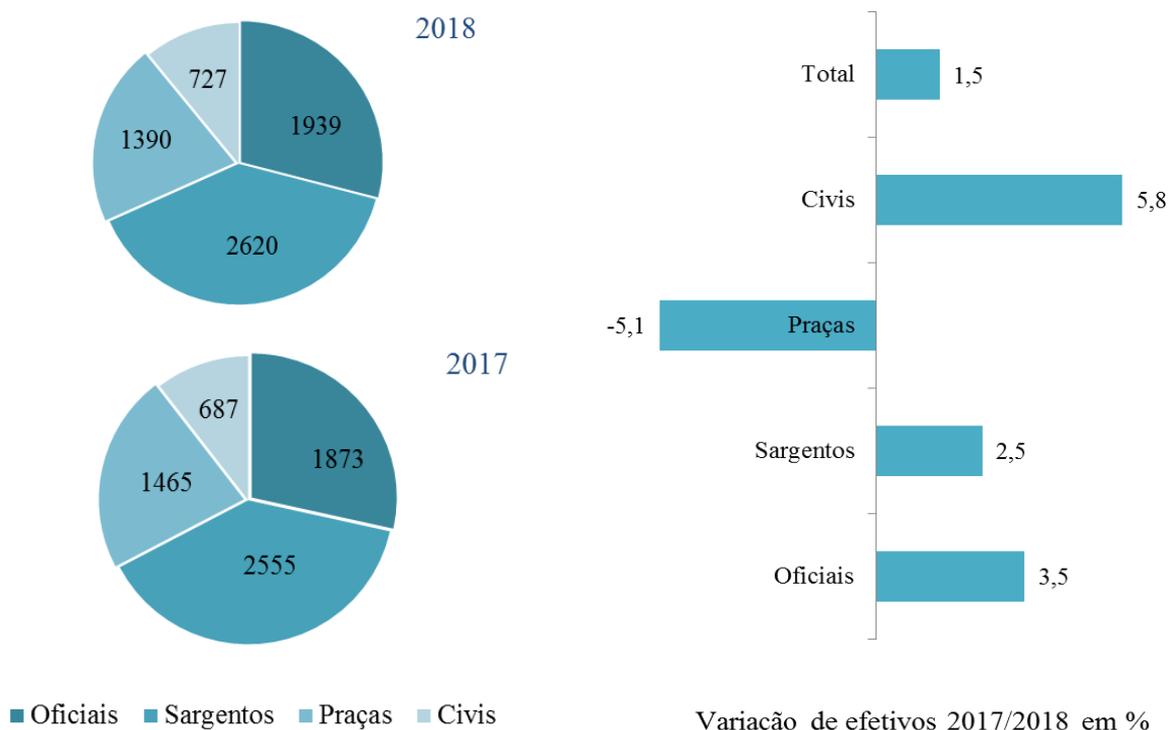
No domínio da Defesa Aérea, assistiu-se à modernização e consolidação da capacidade de comunicações aeronáuticas, quer através de projetos nacionais, nomeadamente, a substituição de equipamentos repetidores no topo da Serra da Estrela, quer através de projetos financiados pela OTAN, nomeadamente, ao nível das comunicações destinadas a troca de informação tática.

### **2.3 Recursos Humanos**

Os recursos humanos constituem o fator decisivo para que a Força Aérea possa cumprir a missão que lhe está atribuída.

De acordo com o Gráfico 1, no ano de 2018, a Força Aérea contou com um total de 6.676 efetivos, militares e civis no ativo e dentro da estrutura organizacional, verificando-se um aumento de 1,5% face ao ano de 2017. As principais variações a realçar, face ao ano transato, ocorreram na categoria de praças e na categoria de civis, representando uma redução de 5,1% e um aumento de 5,8%, respetivamente.

Gráfico 1 - Pessoal na Efetividade de Serviço por Categoria

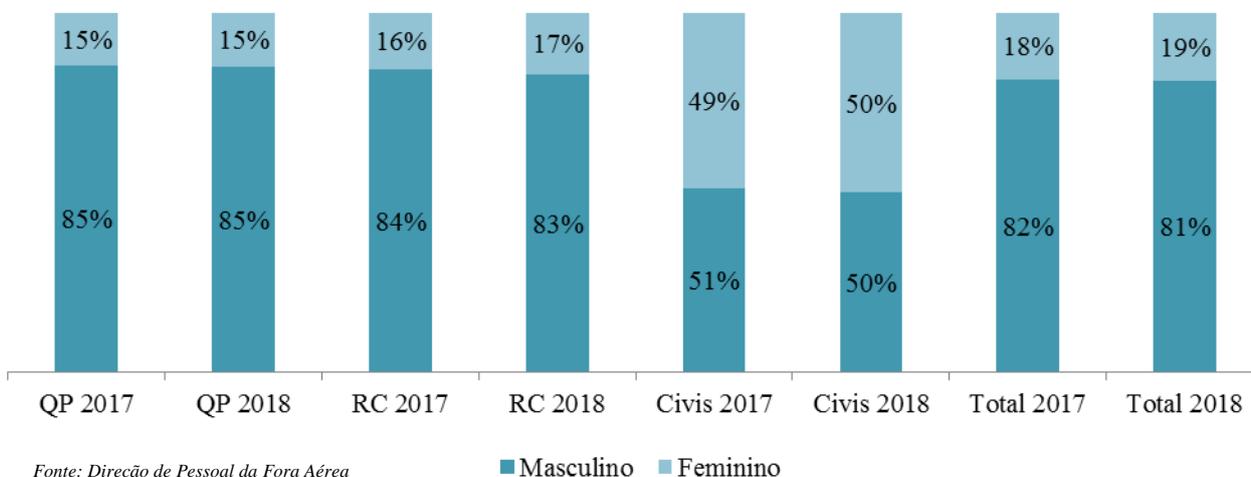


Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

No que concerne à categoria de praças, a variação negativa deve-se à falta de ingressos. Relativamente à categoria dos civis, a variação positiva deve-se à abertura de procedimento concursal, relativo ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, de acordo com os artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. Neste enquadramento, os trabalhadores em situação precária (contratos do Instituto do Emprego e Formação Profissional e outros) regularizaram o seu vínculo com o Estado.

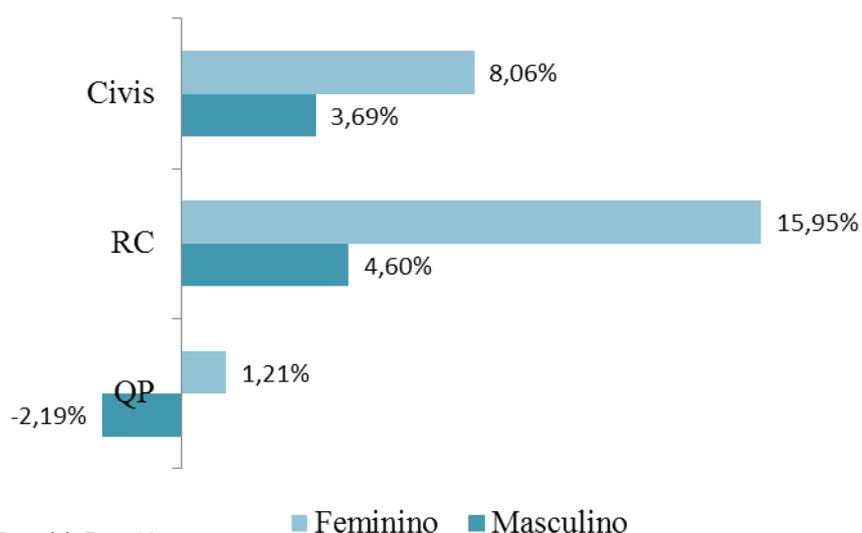
Em termos de distribuição por género, conforme Gráfico 2, o cenário é semelhante ao do ano transato. Verifica-se uma ligeira diminuição dos militares do sexo masculino e um ténue aumento dos militares do sexo feminino, relativamente ao ano de 2017. Estas pequenas variações encontram-se nos universos de regime de contrato e dos civis. A distribuição dos militares do quadro permanente permanece constante.

Gráfico 2 - Distribuição por Género



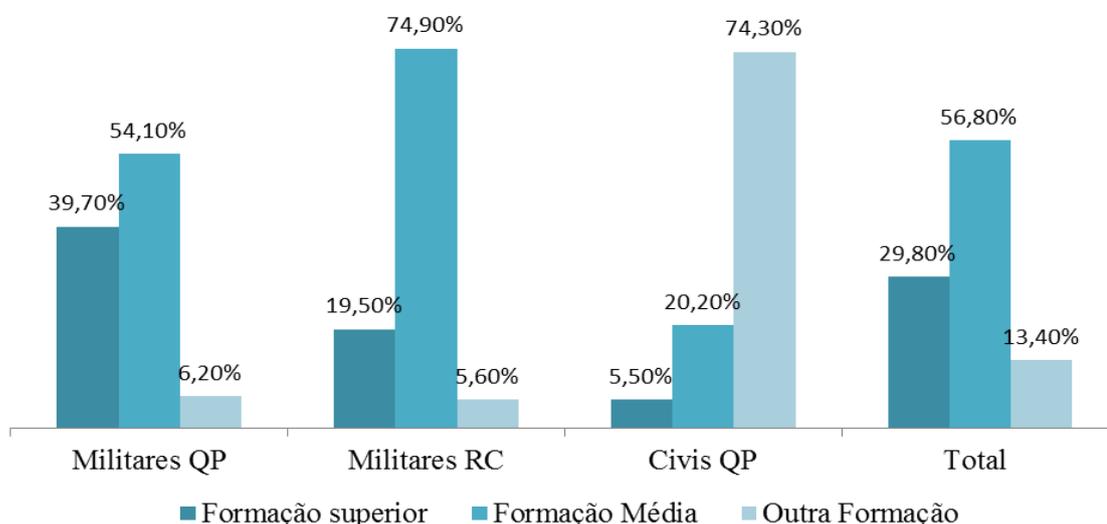
Na análise do Gráfico 3, verifica-se que a maior variação de efetivos por género, face ao ano de 2017, ocorreu no universo de regime de contrato, com um aumento de 4,60% no sexo masculino e 15,95% no sexo feminino. Nos quadros permanentes, constata-se um acréscimo de 1,21% de militares femininos e um decréscimo de 2,19% de militares do sexo masculino. O aumento na categoria de civis levou a uma variação positiva do sexo feminino, na ordem dos 8,06%, e 3,69% do sexo masculino.

Gráfico 3 - Variação de Efetivos por Género (2017/2018)



No que respeita aos níveis de formação, a que corresponde o grau de habilitações literárias, fator crítico de sucesso para qualquer organização, tem vindo a ser efetuado um esforço de melhoria contínua, quer através da formação que é ministrada na Instituição, nos seus polos académicos da Academia da Força Aérea (AFA) e do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA), quer através do aumento do grau habilitacional na admissão ao Ramo. Releva-se o facto de 39,70% dos militares nos quadros permanentes possuir, no ano de 2018, formação superior. Relativamente ao total do efetivo da Instituição 29,80% tem formação superior, como demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Nível de Formação (2018)



Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

### 2.3.1 Indicadores de Atividade

Um dos princípios fundamentais da presente análise resulta na possibilidade de, através da leitura de indicadores de atividade, se poder sintetizar informação, identificando, deste modo, oportunidades de melhoria contínua. Estes indicadores constituem-se como instrumentos de acompanhamento e avaliação da forma como os recursos humanos têm evoluído, verificando-se os seguintes factos, conforme Tabela 2:

- Aumento dos efetivos globais, em 1,46% face ao ano transato, a que corresponde um aumento de 96 pessoas, dos quais 56 são militares;
- Dos efetivos militares globais, 58,30% têm vínculo permanente à Força Aérea, sendo 19,43% desses efetivos do sexo feminino.

Tabela 2 – Indicadores de Atividade

Recursos Humanos		2017	2018
Varição de Efetivos	$((\text{Efetivos } n - \text{Efetivos } (n-1))/\text{Efetivos } (n-1))$	-0,99%	1,46%
Vínculo Militares QP	(Efetivos militares QP/Efetivos totais)	60,20%	58,30%
Vínculo Militares RC	(Efetivos militares RC/Efetivos totais)	29,36%	30,78%
Vínculo Cívico	(Efetivos civis/Efetivos totais)	10,44%	10,89%
Feminização	(Efetivos femininos/Efetivos globais)	18,47%	19,43%
Formação Superior	(Total efetivos com formação superior/ Efetivos globais)	29,07%	29,78%

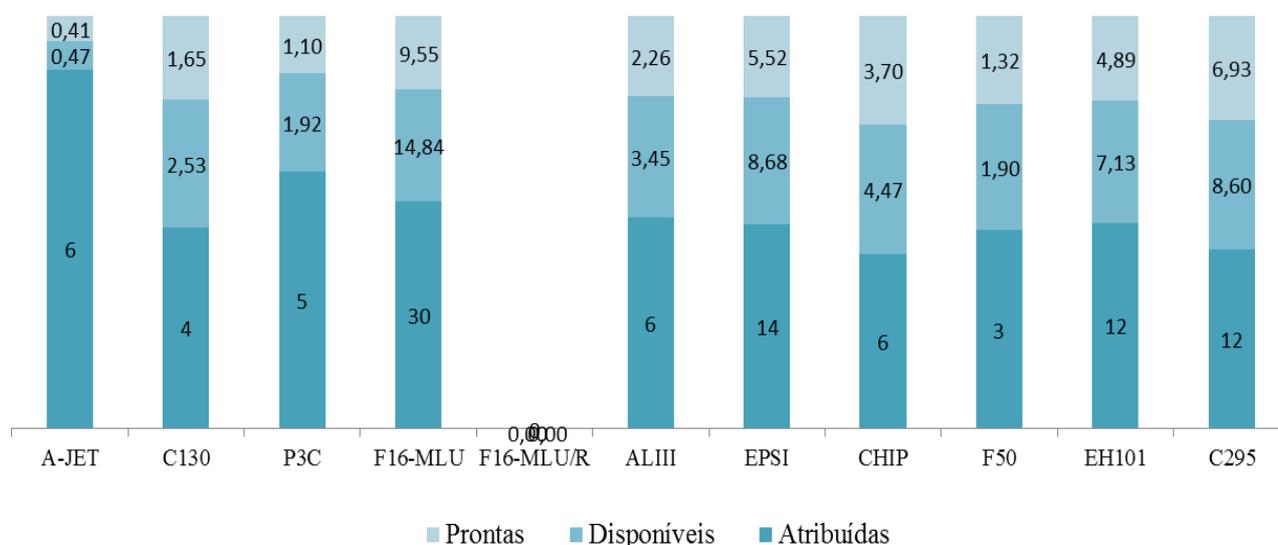
Fonte: Direção de Pessoal da Força Aérea

## 2.4 Atividade Logística

A componente logística, através da realização de atividades de manutenção e de apoio logístico, direta e indiretamente associadas aos sistemas de armas e aos órgãos de comando e controlo, é determinante para o aumento da eficácia no cumprimento da missão.

Conforme Gráfico 5, das aeronaves atribuídas (total da frota) encontravam-se disponíveis para voo cerca de 55%.

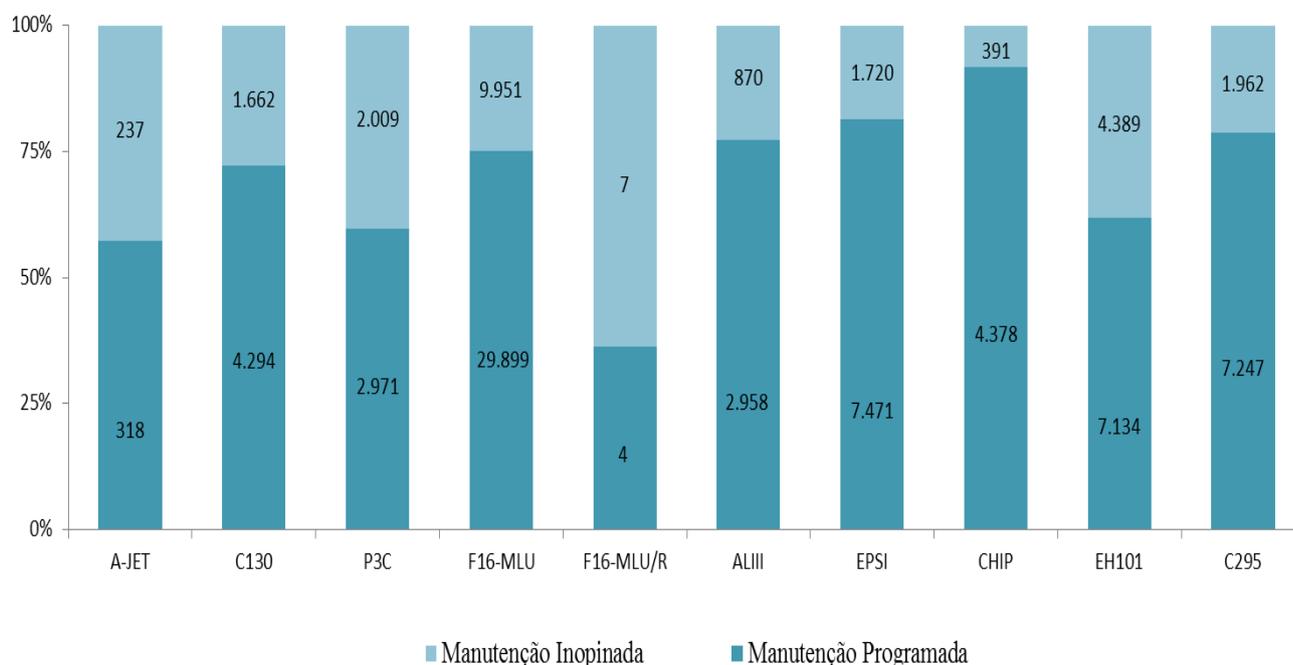
Gráfico 5 - Aeronaves Atribuídas, Disponíveis e Prontas (2018)



Fonte: CLAF – Força Aérea

As ações de manutenção realizadas, no ano de 2018, por frota, são as que se apresentam no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Ações de Manutenção por Frota (2018)



Fonte: CLAFA – Força Aérea

As ações de manutenção programadas representam, em média, cerca de 74%. De referir que, os sistemas de armas C-295M e EH-101 possuem contratos de manutenção com os respetivos fabricantes (*Full In Service Support - FISS*), os quais asseguram as manutenções periódicas das aeronaves. A Força Aérea fica responsável por uma pequena parcela de inspeções e pelas ações de manutenção inopinadas, que dão resposta às anomalias que surgem, na sequência da operação das aeronaves.

Contribui, ainda, para a componente logística, paralelamente às atividades de manutenção e sustentação das aeronaves, o esforço efetuado nas múltiplas vertentes logísticas que a abrangem: a conservação de bens, os combustíveis e lubrificantes, a alimentação, o vestuário e a aquisição de material diverso para funcionamento dos serviços, conforme patente na Tabela 3.

Tabela 3 – Despesa Efetuada nas Múltiplas Vertentes Logísticas por Fonte de Financiamento (2018)

Rubrica	R. Gerais	RCCTS	FND	LPM	LPM	LPM	LPM	LIM	Total
	FF111	FF123	FF111	FF111	FF121	FF123	FF129	FF123	
Conservação de Bens	4.451.560	4.082.007	2.288.455	17.132.331	5.358.683	533.724	183.103	0	34.029.863
Combustíveis e Lubrificantes	13.693.082	4.440.072	4.654.916	1.577	1.440	0	0	0	22.791.087
Alimentação	4.427.812	465.251	272	0	0	0	0	0	4.893.335
Vestuário	110.918	980.941	16.983	0	0	0	0	0	1.108.841
Material Diverso	4.049.964	2.453.979	1.024.674	21.862	1.914.927	2.491.231	0	0	11.956.636
<b>Total</b>	<b>26.733.336</b>	<b>12.422.249</b>	<b>7.985.299</b>	<b>17.155.770</b>	<b>7.275.050</b>	<b>3.024.955</b>	<b>183.103</b>	<b>0</b>	<b>74.779.762</b>

Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

Unidade Monetária: Euro

### 2.4.1 Indicadores de Atividade

A partir dos indicadores de atividade é possível avaliar, quer a eficiência da atividade logística, quer a manutenção e restantes vertentes logísticas, que contribuem para prover recursos para a execução das atividades da Força Aérea. Desta análise destacam-se os seguintes aspetos, patentes na Tabela 4:

- As ações de manutenção de aeronaves surgem 26,4% das vezes por motivos inopinados, representando as ações programadas 73,6% do total das manutenções;
- Relativamente ao ano transato, verifica-se um aumento das ações programadas em 3,3% e, conseqüentemente, um decréscimo das ações inopinadas em 3,3%;
- O nível de prontidão efetivo das aeronaves, relativamente ao ano 2017, registou um aumento de 17,2%.

Tabela 4 – Indicadores de Atividade

Logística		2017	2018
Ações de Manutenção Programadas	(Ações Manutenção Programadas/Total Ações Manutenção)	70,3%	73,6%
Ações de Manutenção Inopinadas	(Ações Manutenção Inopinadas/Total Ações Manutenção)	29,7%	26,4%
Prontidão das Aeronaves	(N.º Aeronaves Prontas / N.º Aeronaves Disponíveis)	51,9%	69,1%

Fonte: CLAFA – Força Aérea

## 2.5 Atividade Operacional

Os resultados operacionais obtidos, face aos objetivos traçados, refletem o grau de eficácia do emprego dos meios e as capacidades operacionais da Força Aérea, e assentam na conjugação das aeronaves prontas e das tripulações qualificadas para a realização das missões nas Horas de Voo (HV) atribuídas.

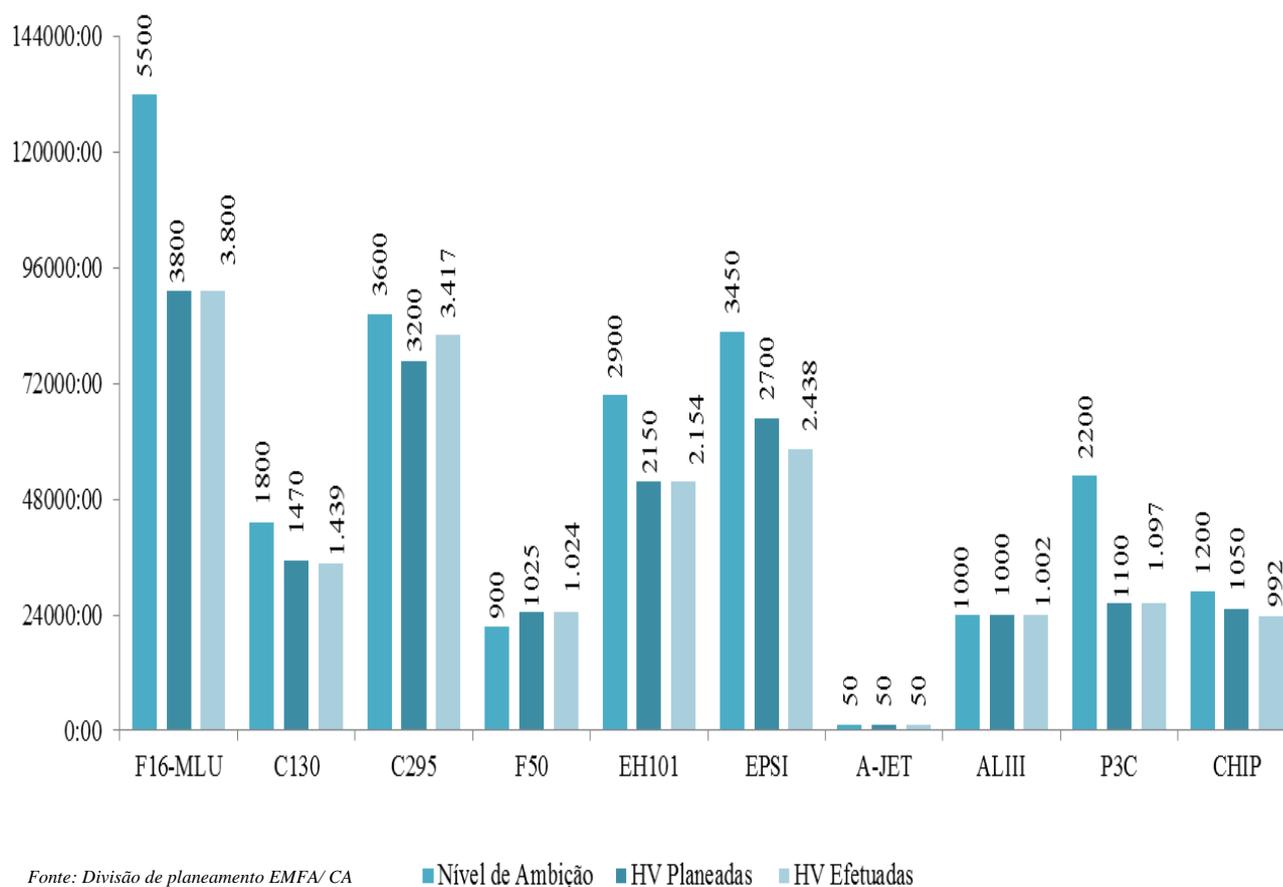
A conjuntura de restrição orçamental, verificada há mais de uma década, tem imposto limites na consecução de objetivos em várias áreas de atividade, não sendo exceção a atividade aérea enquanto produto operacional.

Neste contexto, o ano de 2018 testemunhou uma realidade de 17.413HV efetuadas, valor inferior às 17.700HV planeadas no início do ano e substancialmente inferior ao nível de ambição definido no Plano de Contingência de 2012/18, de 23.150HV, visando o cumprimento da missão, a regeneração de meios e a qualificação de tripulações.

De realçar o facto das HV realizadas terem sido sustentadas com um financiamento de 53,3 milhões de euros para custos diretos com a operação, face aos 33,8 milhões de euros financiados no ano de 2017. À semelhança do ano anterior, o valor de 53,3 milhões de euros exclui custos com contratos FISS das frotas EH-101 e C-295M. A variação verificada, no ano de 2018 relativamente ao ano de 2017, dos custos diretos com a operação, deve-se, maioritariamente, a novos contratos efetuados, no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM), relativos à regeneração de motores das aeronaves.

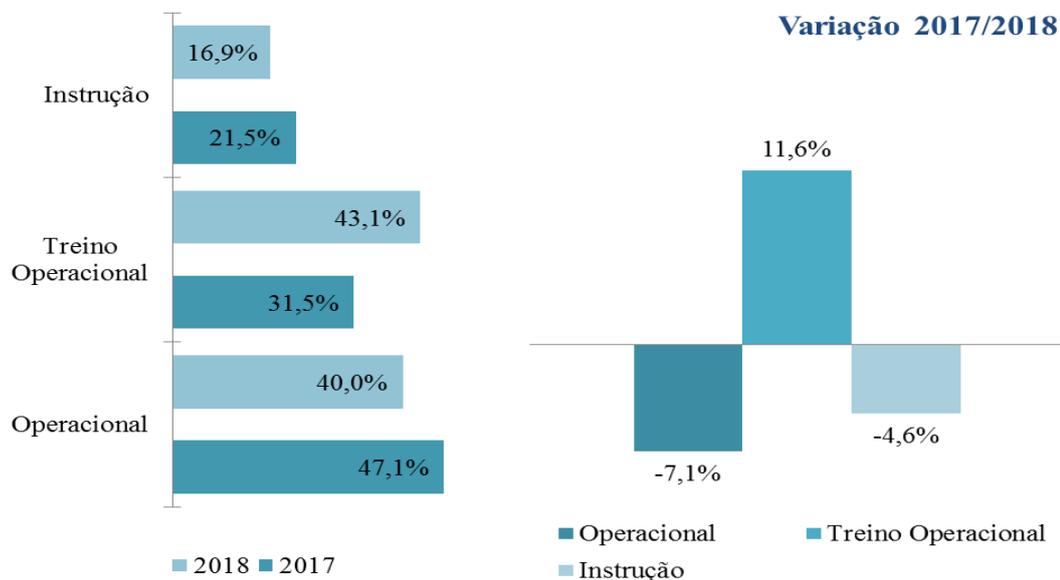
A atividade planeada para o ano de 2018, apresentada no Gráfico 7, resultou de ajustes pontuais, considerando a missão realizada e a dotação atribuída para a sustentação da atividade aérea. Neste contexto de revisões trimestrais ao planeamento, e tendo como objetivo otimizar os recursos humanos, materiais e financeiros, o rácio de concretização foi próximo do planeado.

Gráfico 7 - HV: Nível de Ambição/Planeadas/Efetuidas (2018)



Agregando as HV realizadas, em função das principais áreas de atividade, tal como apresentado no Gráfico 8, verifica-se que, no ano de 2018, ocorreu uma diminuição da percentagem de HV realizadas nas componentes instrução e operacional. Neste contexto, 40,0% das missões contribuíram para a atividade operacional, 43,1% para o treino operacional e 16,9% para a instrução. Em comparação com o ano transato, verifica-se um decréscimo de 7,1% na atividade aérea operacional e de 4,6% na instrução, a par com um aumento de 11,6% de HV efetuidas na componente treino operacional.

Gráfico 8 – HV por Tipo de Atividade



Fonte: Comando Aéreo

Relativamente ao empenhamento operacional, destacam-se as seguintes ações:

- Prontidão de alerta, com caças de interceção para policiamento aéreo e com helicópteros e aviões especializados em busca e salvamento aéreo, durante 24 horas/dia, 365 dias/ano;
- Efetuada 39 evacuações em navios e 465 evacuações sanitárias;
- Efetuada 35 salvamentos em 121 missões de busca e salvamento;
- Efetuada 74 missões, no âmbito da fiscalização de pescas, correspondendo a 4.606.800 NM<sup>2</sup> (*Nautical miles per square*);
- Efetuada 28 missões de transporte de órgãos humanos para transplante.

Na análise da Tabela 5 salientam-se, de entre outros factos importantes, as 1612:40HV efetuadas nas diversas operações de apoio externo, as 3308:20HV efetuadas em missões de interesse público e as 592:25HV afetas a exercícios.

Tabela 5 – HV por Tipo de Missão (2018)

Tipo	Modalidade	Horas de Voo
Apoio Externo	Operações Internacionais	1612:40
	Total	1612:40
Interesse Público	Busca e Salvamento	563:55
	Controlo de Poluição	4:20
	Fiscalização de Pescas	381:30
	Evacuações a Navios	131:00
	Evacuações Sanitárias	807:40
	Transporte de Órgãos	59:00
	Organismos de Estado	532:40
	Vigilância do Espaço Aéreo	828:15
Total	3308:20	
Exercícios	Conjuntos	41:00
	Combinados	551:25
	Total	592:25
Total		5513:25

Fonte: Divisão de Operações EMFA

No âmbito das missões internacionais, importa destacar o elevado nível de empenhamento verificado, consubstanciado na participação em diversas operações das Forças Nacionais Destacadas (FND), no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia (UE) e da Organização das Nações Unidas (ONU), a par com as operações FRONTEX. As HV realizadas nas diferentes missões, conforme Tabela 6, certificam um impacto significativo na relevância e afirmação de Portugal como membro ativo das organizações e tratados de que faz parte.

Tabela 6 - HV Realizadas em Missões Internacionais

Missão	País	Aeronave	Número de Missões	Horas de Voo	
Forças Nacionais Destacadas	Assurance Measures	F-16 MLU	133	251:05	
		C-130H	91	178:55	
		P-3C+	11	146:00	
		P-3C+	22	167:50	
	Sophia	Mediterrâneo	C-130H	6	18:35
			P-3C+	12	81:40
	Cooperação Bilateral	Golfo da Guiné	C- 295M	6	29:15
			P-3C+	7	39:45
	Minusca	República Centro Africana	C-130H	18	104:00
	Sea Guardian	Mediterrâneo	P-3C+	11	86:20
		Total	317	1103:25	
Frontex	Espanha e Itália	C-295M	99	483:45	
		Total	99	483:45	
		TOTAL	416	1587:10	

Fonte: Relatório de Atividades 2018 DIVPLAN

Numa perspetiva de emprego operacional dos sistemas de armas, em cumprimento das missões atribuídas e dentro dos condicionalismos decorrentes da redução do número de HV, foi garantido um regime de prontidão de 24 horas/dia, nos 365 dias do ano, com meios aéreos e com tripulações devidamente capacitadas e qualificadas para os vários tipos de missão. Este nível de prontidão, expresso por meios em alerta permanente, envolveram, diariamente, 12 aeronaves para empenhamento imediato e mais de 600 militares (cerca de 10% dos efetivos) das áreas de manutenção, tráfego aéreo, assistência e socorro (bombeiros), apoio médico e segurança (polícia aérea), para execução das missões de soberania e de segurança humana, em proveito do interesse público. Importa referir que parte significativa dessa atividade foi desenvolvida em regime de destacamento, com o acréscimo de complexidade logística e o inerente desgaste que tal implica.

O esforço operacional que a prontidão permanente implica só foi possível graças à flexibilidade, agilidade e adaptabilidade dos meios aéreos e, acima de tudo, ao espírito de missão e à competência das pessoas que os operam e sustentam, materializando um esforço global da Força Aérea, focada, imperativamente, na missão.

### 2.5.1 Indicadores de Atividade

Os indicadores de atividade operacional são fatores críticos de sucesso, na medida em que se prendem com a eficácia da utilização dos meios aéreos no cumprimento da missão. Através do seu conhecimento e acompanhamento é possível proceder à sua avaliação e rever metas e objetivos. Da análise de alguns indicadores, resultam algumas conclusões, conforme Tabela 7:

- O rácio entre a atividade operacional e a atividade global é de 40%;
- O rácio de eficiência relativamente ao número de horas atribuídas é de 99,2%;
- O número de HV, em missões internacionais e missões de interesse público, representam respetivamente, 9,3% e 19% das HV totais.

Tabela 7 – Indicadores de Atividades

	Operacional	2017	2018
Atividade Operacional	(Atividade Operacional/Atividade Total)	47,1%	40,0%
Horas de Voo Efetuadas	(N.º horas efetuadas/N.º horas atribuídas)	100,7%	99,2%
Horas de Voo - Missões Internacionais	(N.º horas missões internacionais/N.º horas efetuadas)	8,7%	9,3%
Horas de Voo - Interesse Publico	(N.º horas interesse publico/N.º horas efetuadas)	12,2%	19,0%

Fonte: Divisão de Operações EMFA

### 2.6 Instrução

As atividades de instrução, ao conferirem competências, são indispensáveis à preparação dos militares para um adequado desempenho de funções. Por outro lado, a formação contínua é imprescindível para manter os quadros atualizados, numa realidade que se caracteriza por uma contínua e rápida mutação tecnológica e científica, onde o domínio da informação e a aplicação do conhecimento são requisitos de competitividade. Desta forma, importa realçar o contributo da AFA e do CFMTFA nesta área em concreto.

No que respeita à AFA, a atividade escolar dos cursos de Mestrado em Ciências Militares Aeronáuticas compreende vários aspetos programáticos, que espelham a filosofia e a organização do ensino nesta instituição, desenvolvendo-se nas suas diversas componentes, das quais se destacam a formação académica, a formação militar e a componente física.

Na tabela seguinte, destacam-se o número de alunos nacionais inscritos na AFA, no ano letivo 2018/2019, e de reprovações ocorridas, no ano letivo 2017/2018:

Tabela 8 – Inscrições e Reprovações na Academia da Força Aérea

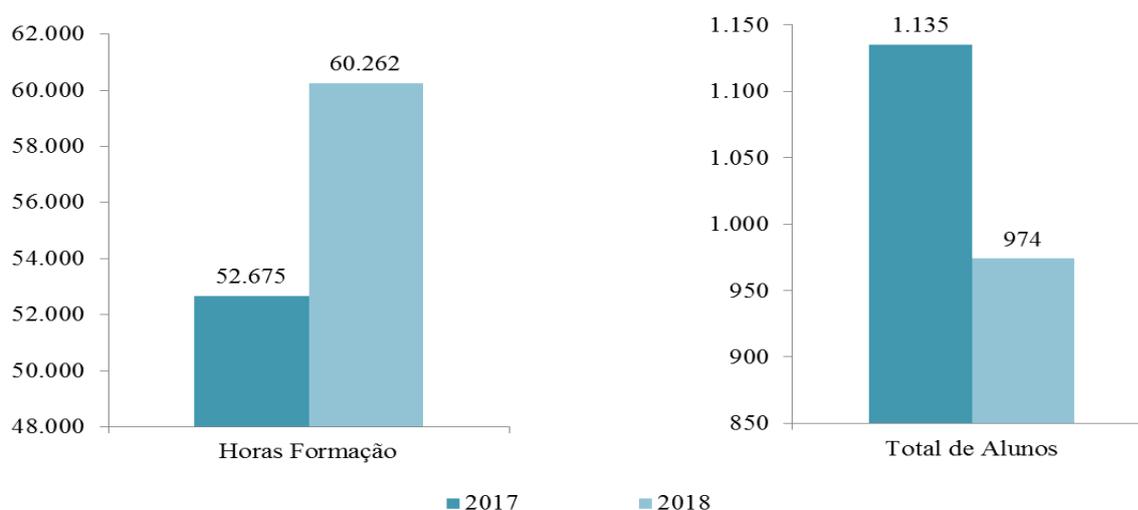
Inscrições 2018/2019							
Atividade letiva	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	5.º Ano	6.º Ano	Total
Mestrado em Ciências Militares e Aeronáuticas	37	31	23	21	15	19	146

Reprovações 2017/2018							
Atividade letiva	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	5.º Ano	6.º Ano	Total
Mestrado em Ciências Militares e Aeronáuticas	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Academia da Força Aérea

No que concerne ao CFMTFA, conforme Gráfico 9, a sua atividade traduziu-se num aumento do total de horas de formação e num decréscimo do número total de alunos.

Gráfico 9 - Atividade do CFMTFA



Fonte: Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea

### 2.6.1 Indicadores de Atividade

Os indicadores relativos à instrução, apresentados na Tabela 9, constituem-se como instrumentos de avaliação do desempenho desta atividade, em termos de taxas de sucesso dos alunos/instruendos. Da análise desses indicadores, verifica-se que o número de reprovações e desistências no CFMTFA, apesar de ter aumentado, é residual, tendo em conta o número de alunos inscritos. Relativamente à AFA, o número de reprovações continua a ser baixo face ao número de alunos inscritos.

Tabela 9 – Indicadores de Atividades

Instrução		2016/2017	2017/2018
Reprovação AFA	(N.º Reprovações AFA / N.º Alunos Inscritos AFA)	9,09%	0,00%
Reprovação e Desistências CFMTFA	(N.º Reprovações e Desistências CFMTFA) (N.º Alunos Inscritos CFMTFA)	1,06%	2,77%

Fonte: Academia da Força Aérea e Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea

Globalmente, o total de formandos nacionais e estrangeiros em estabelecimentos de ensino da Força Aérea, repartidos por cursos militares, técnicos e mestrados, ascendeu a 1.120 militares no ano letivo de 2017/2018, correspondendo a uma diminuição de 13,2% face ao ano letivo de 2016/2017.

### 3. Análise ao Orçamento da Receita e da Despesa

#### 3.1 Estrutura da Receita e da Despesa

No ano de 2018 foram recebidas dotações orçamentais, no montante de 303.771.738,52€, e cobradas receitas próprias, no montante de 88.437.986,29€, para um total de receitas de fundos próprios de 392.209.724,81€, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Receitas de Fundos Próprios (2018)

Dotações Orçamentais						
Correntes:			Capital:			
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%	
Transferências do Tesouro	276.894.865,64	91,20%	Transferências do Tesouro	26.876.872,88	8,80%	
Total das dotações Orçamentais		303.771.738,52				
Receitas Próprias						
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%	
0400 Multas e penalidades	8.709,12	0,01%	1000 Transferência de Capital	7.635.513,90	8,63%	
0600 Transferências Correntes	2.362.950,00	2,67%	1500 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	9.691.429,73	10,96%	
0700 Venda Bens e Serviços Correntes	31.913.634,46	36,09%	1600 Cobranças por Transição de Saldos	26.136.419,11	29,55%	
0800 Outras Receitas Correntes	10.689.329,97	12,09%				
Total Receitas Correntes		44.974.623,55	Total Receitas Capital		43.463.362,74	49,15%
Total das Receitas Próprias		88.437.986,29				
Total das Receitas de Fundos Próprios		392.209.724,81				

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa

Unidade Monetária: Euro

Relativamente à estrutura da receita, salientam-se os seguintes factos:

- A dotação orçamental corresponde ao valor global solicitado nos pedidos de libertação de crédito;
- A venda de bens e serviços correntes (capítulo 07) representa a maior parcela do total da receita própria da Força Aérea – 36,09%;
- Nas outras receitas correntes (capítulo 08), a receita provém do reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), relativo à aquisição de material militar, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, dos quais 6.448.869,03€ correspondem ao IVA recuperado da atividade corrente e 4.240.460,94€ correspondem ao IVA recuperado no âmbito da execução da LPM;

- d. O total da receita inclui o montante de 31.248.315,82€ relativo à transição de saldos de 2017 da LPM.

No que respeita à despesa processada no ano de 2018, com recurso às receitas de fundos próprios, o valor global ascendeu a 368.735.582,64€, conforme Tabela 11.

**Tabela 11 – Estrutura da Despesa (2018)**

Despesas Orçamentais							
Correntes:			Capital:				
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%		
01.01	Remunerações Certas e Permanentes	135.129.614,59	48,80%	07	Aquisição de Bens de Capital	26.794.363,94	100,00%
01.02	Abonos Variáveis ou Eventuais	6.036.051,41	2,18%				
01.03	Segurança Social	66.997.327,79	24,20%				
02.01	Aquisição de Bens	29.857.349,59	10,78%				
02.02	Aquisição de Serviços	38.768.477,71	14,00%				
04.00	Transferências Correntes	101.686,34	0,04%				
06.02	Outras Despesas Correntes	3.136,25	0,00%				
<b>Total Despesas Correntes</b>		<b>276.893.643,68</b>	<b>75,09%</b>	<b>Total Despesas Capital</b>		<b>26.794.363,94</b>	<b>7,27%</b>

Despesas com Compensação em Receita Própria							
Correntes:			Capital:				
Classificação	Valor	%	Classificação	Valor	%		
01.02	Abonos Variáveis ou Eventuais	1.740.392,04	5,14%	07	Aquisição de Bens de Capital	31.191.283,34	100,00%
02.01	Aquisição de Bens	14.766.528,28	43,62%				
02.02	Aquisição de Serviços	17.030.532,66	50,30%				
04.00	Transferências Correntes	9.660,62	0,03%				
06.02	Outras Despesas Correntes	309.178,08	0,91%				
<b>Total Despesas Correntes</b>		<b>33.856.291,68</b>	<b>9,18%</b>	<b>Total Despesas Capital</b>		<b>31.191.283,34</b>	<b>8,46%</b>

<b>Total da Despesa de Fundos Próprios</b>	<b>368.735.582,64</b>
--	-----------------------

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa

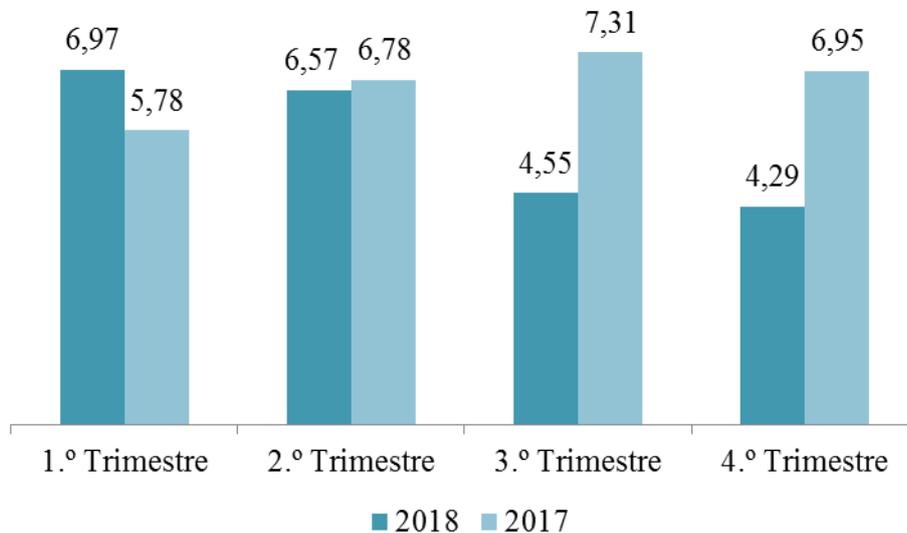
Unidade Monetária: Euro

Na estrutura da despesa, salientam-se os seguintes factos:

- Os encargos com pessoal, na sua globalidade, correspondem a 209.903.385,83€ e as restantes despesas correntes e de capital representam 158.832.196,81€;
- As aquisições de bens de capital, no montante de 57.985.647,28€, resultam, em grande medida, da execução da LPM;
- A execução da despesa foi condicionada por uma redução na componente de receitas gerais, em resultado do corte dos fundos disponíveis, no valor de 9.454.451,00€.

Importa, ainda, referir que o prazo médio de pagamentos aos fornecedores, no ano de 2018, foi de 5,6 dias, considerando a fórmula constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as adaptações introduzidas pelo Despacho do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública n.º 9870/2009, de 13 de abril, materializando uma evolução positiva, no prazo médio de pagamentos, face ao ano de 2017, em que a média se situava em 6,7 dias. O presente indicador teve a evolução representada no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores



Fonte: SIG EPR – Prazo médio de pagamentos

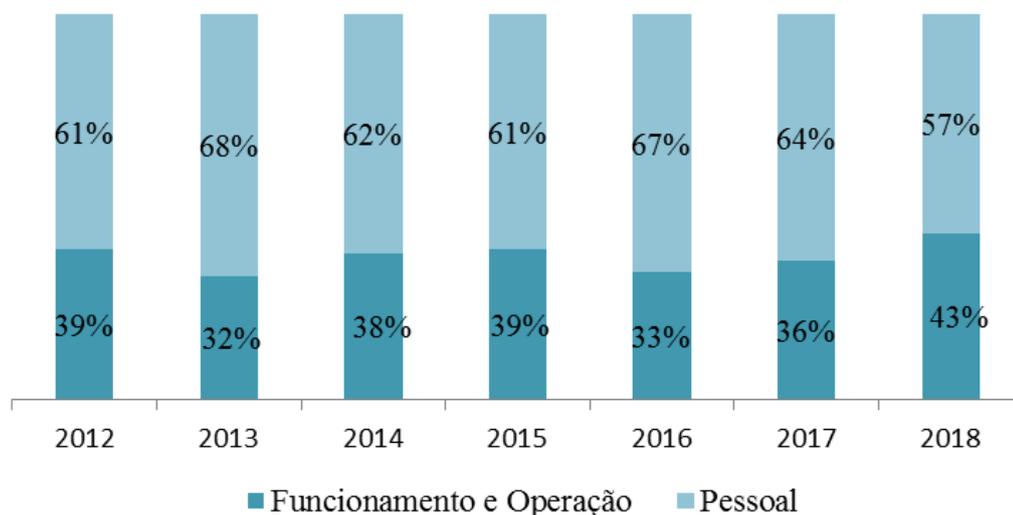
Unidade: Número de dias

### 3.2 Execução Orçamental por Fonte de Financiamento

No que concerne à execução orçamental, mantém-se a tendência dos anos anteriores:

- a. Na despesa processada no orçamento global (todas as fontes de financiamento), a componente de despesas com pessoal assume um carácter dominante, em detrimento da componente de operação e manutenção, apresentando, no cômputo geral, uma percentagem bastante elevada, conforme se pode observar no Gráfico 11. Contudo, percentualmente, verifica-se um decréscimo assinalável das despesas com o pessoal, face ao ano anterior, em consequência de três fatores: a normalização na transição dos encargos, com pensões provisórias de reforma de militares, para a Caixa Geral de Aposentações, libertando 6,5 milhões de euros face ao ano de 2017, a redução do pagamento de indemnizações, por cessação de funções do pessoal em regime de contrato, resultante da inexistência de incorporações no ano de 2011 e reduzidas admissões no ano de 2012, totalizando uma diminuição de 2,7 milhões de euros em relação ao ano de 2017, e o aumento da dotação disponível na LPM, que correspondeu a um aumento na execução de 22,6 milhões de euros;

Gráfico 11 – Despesa: Pessoal vs Funcionamento e Operação



Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

- b. Um orçamento fortemente limitado por mecanismos legais, nomeadamente, pela reserva legal, pelos cativos legais e pelo corte de fundos disponíveis. Tal facto determinou uma execução orçamental inconstante, marcada pela indefinição do corte final de fundos disponíveis, só conhecido em dezembro, numa atividade em que os prazos de entrega de material aeronáutico são alargados, face ao nível tecnológico e montantes envolvidos, resultando no protelamento, para os anos vindouros, de decisões com reflexo direto na atividade da Força Aérea.

Tabela 12 – Grau de Execução por Fonte de Financiamento (2018)

Fontes de Financiamento	Orçamento Inicial	Reforços / Créditos Especiais	Orçamento Corrigido	Cativações / Reserva	Outros	Dotação Disponível	Montante Executado	Grau de Execução
Receitas Gerais	253.589.523	906.463	254.495.986	463.945		254.032.041	248.529.699	97,83%
Receitas Consignadas	38.780.000		38.780.000	4.961.431	5.404.100 (*)	28.414.469	28.343.440	99,75%
Transferência de Receitas Próprias entre Organismos	50.000		50.000	7.500	42.500 (**)	0		0,00%
FND - Receitas Gerais		13.138.263	13.138.263			13.138.263	13.120.747	99,87%
LPM - Receitas Gerais	39.031.000	20.027.141	59.058.141	99.924	4.464.288 (***)	54.493.929	47.836.837	87,78%
LPM - Receitas Próprias		29.818.608	29.818.608			29.818.608	19.615.629	65,78%
LPM - Receitas Consignadas		6.544.560	6.544.560			6.544.560	3.625.450	55,40%
LIM - Receitas Consignadas	3.668.366	3.131.379	6.799.745		3.214.164 (****)	3.585.581	3.542.015	98,78%
PIDDAC	1.000.000		1.000.000	125.000		875.000	869.971	99,43%
Cofinanciamento	3.745.964	6.069.039	9.815.003		5.564.652 (*****)	4.250.351	3.251.359	76,50%
<b>Total</b>	<b>339.864.853</b>	<b>79.635.453</b>	<b>419.500.306</b>	<b>5.657.800</b>	<b>18.689.704</b>	<b>395.152.802</b>	<b>368.735.148</b>	<b>93,31%</b>

Unidade monetária: Euro

Notas:

(\*) O orçamento corrigido reflete 3.200.000,00€ que foram carregados, pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), no orçamento inicial, para pagamento de vencimentos, montante que nunca foi executado. A dotação disponível não considera 2.204.099,86€ de receita não efetuada.

(\*\*) Verba refletida no orçamento, por indicação da DGO, respeitante a valores indicados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, que seriam transferidos para a Força Aérea, o que não se veio a verificar.

(\*\*\*) Corte de fundos disponíveis, no montante de 4.464.288,00€. O restante montante de corte de fundos disponíveis não afetou a execução orçamental, por respeitar a pessoal.

(\*\*\*\*) A dotação disponível na LIM não inclui 3.214.164,00€ correspondente a dotação não financiada.

\*\*\*\*\* A dotação disponível não reflete 5.564.652,00€. O valor de 3.564.652,00€ refere-se a participações comunitárias que não foram recebidas, o que justifica o grau de execução obtido. Os restantes 2.000.000,00€ respeitam ao Fundo de Solidariedade da União Europeia, estipulado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, verba que não foi acionada para execução, dado as despesas autorizadas não se enquadrarem no âmbito do mesmo.

Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

A dotação disponível, no final do ano de 2018, resulta de fatores distintos, conforme Tabela 12, dos quais se destacam:

- a. A descativação do montante de 6,3 milhões de euros, aplicados, na totalidade, em combustível operacional;
- b. A participação em missões no âmbito das FND;
- c. A continuidade do programa de alienação de aeronaves F-16 à República da Roménia;
- d. As iniciativas de racionalização da despesa e de cobrança de receitas.

De acordo com a Tabela 13, o corte de fundos disponíveis tem vindo a aumentar, totalizando, no ano de 2018, o montante de 9.454.451,00€. Este aumento condicionou a gestão orçamental da Força Aérea, criando insuficiências e instabilidade na execução.

Tabela 13 – Evolução do Orçamento Disponível

Ano Económico	Orçamento Corrigido	Corte Fundos Disponíveis
2016	382.177.501,00 €	2.995.751,00 €
2017	393.614.628,00 €	8.482.518,00 €
2018	419.500.306,00 €	9.454.451,00 €

Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

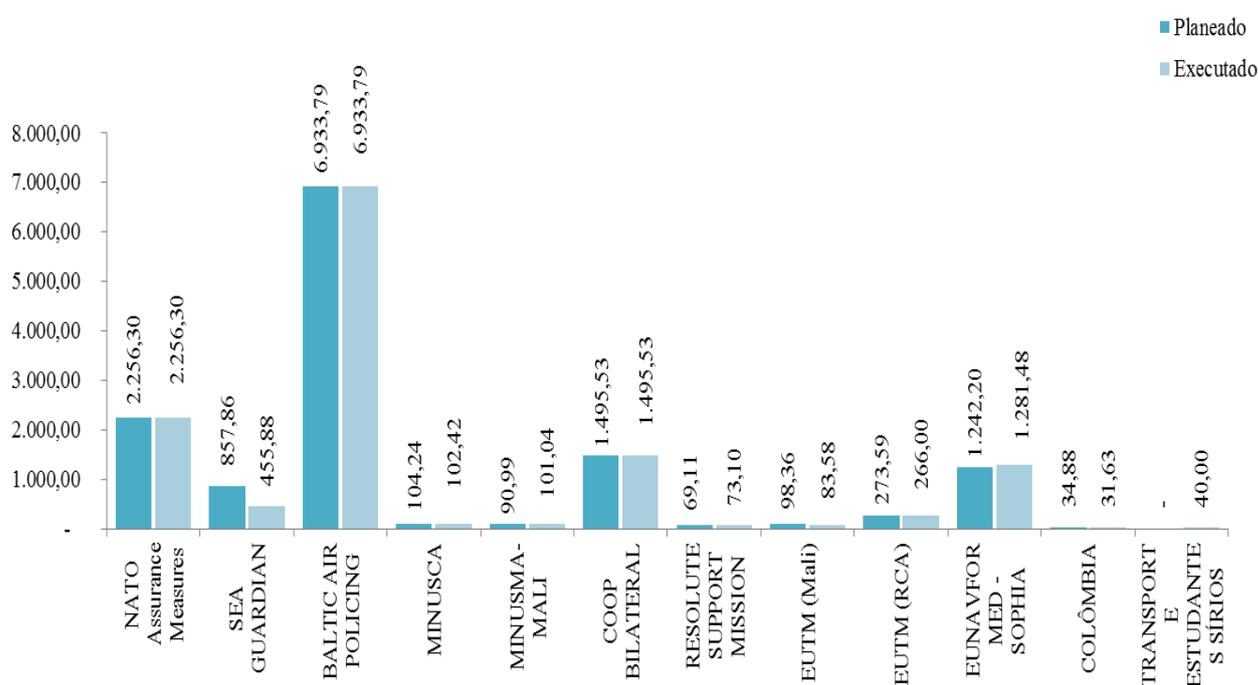
Unidade monetária: Euro

### 3.3 Execução das Missões com Forças Nacionais Destacadas

A participação da Força Aérea nas Missões Humanitárias e de Paz é um relevante contributo para a afirmação da política externa de Portugal, no quadro dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português. Não obstante, envolve elevados recursos, cujo financiamento importa assegurar junto do EMGFA, a fim de cumprir com os requisitos inerentes a cada missão das FND.

A projeção das forças representou, no ano de 2018, uma despesa de 13.120.747,00€, materializando um decréscimo de 4,6%, face à despesa efetuada no ano de 2017. Este decréscimo prende-se com a tipologia das missões atribuídas. A execução do orçamento das FND foi inferior à dotação inicialmente planeada, devido a constrangimentos externos à Organização, designadamente, a redução do *plafond* atribuído, face ao valor solicitado, conforme Gráfico 12.

Gráfico 12 - Execução Orçamental das FND (2018)



Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

### 3.4 Execução do Plano Plurianual de Investimentos

#### 3.4.1 Lei de Programação Militar

A dotação corrigida da LPM, no ano de 2018, ascendeu ao montante 102.416.210,00€, de que resultou uma execução financeira 68.108.076,00€, conforme Tabela 14.

Tabela 14 – Execução da Lei de Programação Militar por Capacidade (2018)

Capacidade	Saldo de 2017	Orçamento para 2018			Dotação Corrigida *	Execução		Saldo para 2019 */***  (Montante na Posse do Tesouro)
		Inicial	Cativação	Alteração Orçamental		Montante **	%	
Capacidade de Comando e Controlo	2.645.096	3.278.800	99.924	68.116	5.892.088	3.044.837	52%	2.847.250
Capacidade de VDI e QRA-I no Espaço Aéreo	18.500	1.150.000	-	200.000	1.368.500	92.935	7%	1.275.565
Capacidade de Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	14.170.834	19.370.000	-	12.319.002	45.859.836	33.229.808	72%	12.630.028
Capacidade de Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento Terrestre e Marítimo	1.080.333	2.350.000	-	(500.000)	2.930.333	1.835.781	63%	1.094.552
Capacidade de Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial	6.996.757	10.483.952	-	14.050.000	31.530.709	19.734.718	63%	11.795.991
Capacidade de Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação da Força	1.149.410	-	-	85.000	1.234.410	1.149.322	93%	85.088
Capacidade de Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea	5.000.000	5.000.000	-	2.750.000	12.750.000	8.855.607	69%	3.894.393
Capacidade de Apoio ao Desenvolvimento	139.054	-	-	62.950	202.004	32.165	16%	169.840
Capacidade de Reservas de Guerra	48.332	500.000	-	100.000	648.332	132.903	20%	515.429
<b>Total</b>	<b>31.248.316</b>	<b>42.132.752</b>	<b>99.924</b>	<b>29.135.068</b>	<b>102.416.212</b>	<b>68.108.076</b>	<b>67%</b>	<b>34.308.136</b>

Unidade Monetária: Euro

\* A dotação corrigida inclui 3.101.752€ de dotação de receita, cuja cobrança efetiva foi de 113.200,00€.

\*\* O montante executado não inclui o valor de saldo pago, através das reposições não abatidas nos pagamentos, no montante de 6.177.364,53€.

\*\*\* O saldo a transitar para o 2019 é afetado pelo corte de fundos disponíveis, no montante de 4.464.288€, e pela não cobrança da receita referida na nota \*.

Fonte: DIVPLAN - EMFA

Na execução da LPM, do ano de 2018, salientam-se os seguintes factos:

- a. Não obstante a cativação legal imposta pelo Decreto de Lei de Execução Orçamental do ano de 2018, representando um montante de 99.924,00€, a exclusão da LPM das cativações legais determinadas na Lei do Orçamento de Estado funciona como um fator de estabilidade no processo de execução orçamental;
- b. A incerteza inerente à redução dos fundos disponíveis atribuídos provoca instabilidade no processo execução orçamental que, por si só, face à natureza dos processos envolvidos, se reveste de alguma complexidade e morosidade. Concretamente, as restrições de fundos disponíveis, incidentes na fonte de financiamento de receitas gerais, impuseram o protelamento da assunção de compromissos (adjudicação), atrasando a execução de diversos processos aquisitivos. No final do ano, o corte de fundos disponíveis materializou um corte efetivo nas dotações da LPM, no montante de 4.464.287,78€ (montante que não pôde ser executado e que não transitou em saldo);
- c. Não foi executada uma dotação de 2,7 milhões de euros, destinada ao programa de substituição dos helicópteros ALIII, considerando que nenhuma aeronave foi entregue até ao final do ano;
- d. No âmbito do Programa de Alienação de 12 aeronaves F-16 à República da Roménia, verificou-se um saldo de 9,8 milhões de euros, em resultado da não conclusão de alguns processos, nomeadamente, a atualização de três aeronaves, cedidas a Portugal na condição *Excess Defense Articles*, a decorrer na OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A., a entrega do simulador de manutenção e os processos referentes ao contrato adicional firmado em dezembro do ano de 2017;
- e. A autorização tardia (em outubro) dos saldos dos projetos de regeneração de potencial e de modernização da frota do C-130H, incluindo as verbas já recebidas de cofinanciamento europeu, no âmbito do *Single European Sky - ATM Research* (saldo de 6.8 milhões de euros), empurrou os correspondentes processos aquisitivos para o ano de 2019.

### 3.4.2 Lei das Infraestruturas Militares

A Lei das Infraestruturas Militares (LIM) estabelece a programação do investimento destinado à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças, bem como a aplicação dos resultados obtidos com a rentabilização dos imóveis afetos à defesa nacional, nas medidas e projetos previstos.

No ano de 2018 foi recebida, através dos Serviços Centrais do MDN, a verba de 3.585.580,00€, conforme Tabela 15, que permitiu financiar a remodelação de alojamentos e a recuperação de edifícios em diversas Unidades da Força Aérea.

Tabela 15 – Execução da LIM

Fontes de Financiamento	Orçamento Inicial	Transição de Saldos	Orçamento Corrigido*	Orçamento Disponível	Montante Executado	Grau de Execução
<b>L.I.M. - Receitas Consignadas</b>	3.668.366	3.131.379	6.799.745	3.585.580	3.542.015	98,78%

Unidade Monetária: Euro

\* O orçamento corrigido inclui 3.668.366,00€ de dotação de receita, cuja cobrança efetiva foi de 454.201,66€.

Fonte: Divisão de Planeamento do EMFA

### 3.4.3 Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

No ano de 2018 prosseguiu o programa de modernização do CFMTFA, iniciado no ano de 2011, tendo-se executado o montante de 869.971,00€. Importa referir que a dotação total atribuída foi de 1.000.000,00€ e ficou sujeita a uma cativação de 12,5%, a que correspondeu o montante de 125.000,00€. A Tabela 16 apresenta a evolução da execução do orçamento do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) de 2011 a 2018.

Tabela 16 – PIDDAC: Execução do Orçamento

Período	2011*	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
<b>Orçamento Inicial</b>	2.000.000	1.500.000	1.462.500	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	9.962.500
<b>Cativações</b>	-	187.500	187.500	125.000	125.000	125.000	125.000	125.000	1.000.000
<b>Orçamento Disponível</b>	375.000	1.312.500	1.275.000	875.000	875.000	875.000	875.000	875.000	7.337.500
<b>Despesa Total</b>	374.933	899.179	1.196.941	874.966	873.110	874.989	851.221	869.971	6.815.310

Unidade monetária: Euro

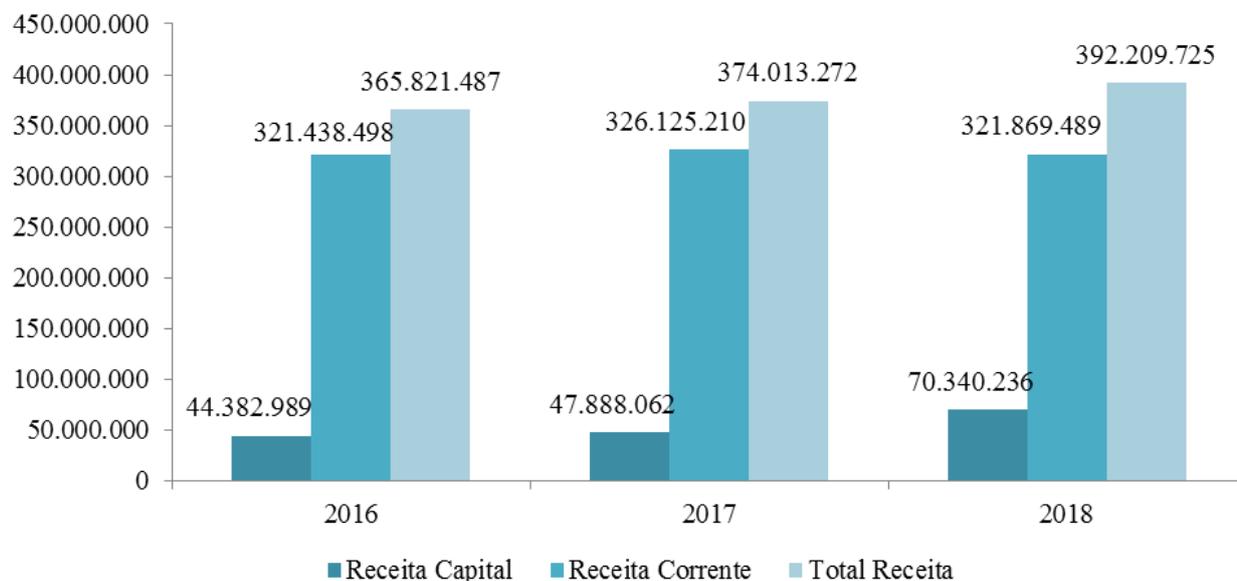
\* O orçamento inicial de 2.000.000,00€ foi reduzido para 375.000,00€ por Despacho do Ministro das Finanças, de 28 de abril de 2011.

Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

### 3.5 Evolução da Receita e da Despesa

Analisando a evolução da receita nos últimos três anos, verifica-se um acréscimo contínuo nas receitas de capital e uma oscilação nas receitas correntes, resultando num aumento do valor total das receitas, conforme Gráfico 13.

Gráfico 13 - Evolução da Receita



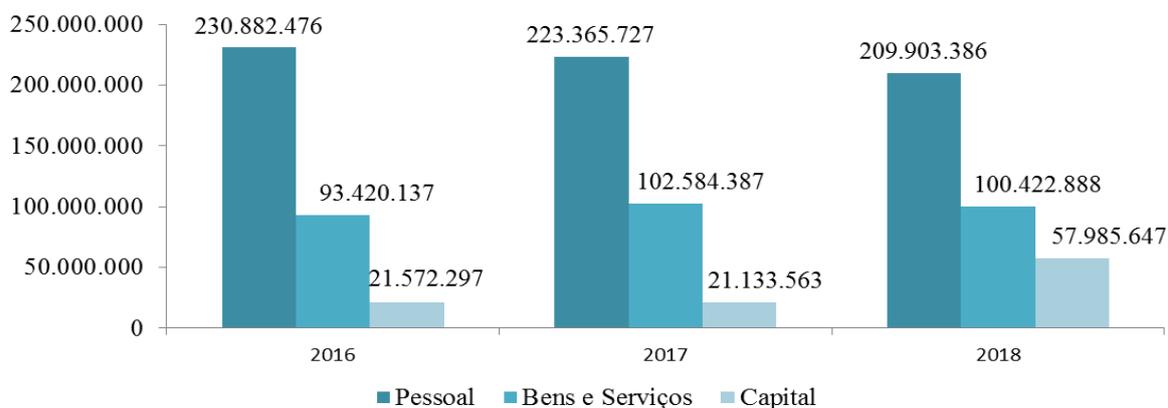
Unidade monetária: Euro

Fonte: Mapa de Fluxos de Caixa

A evolução da despesa acompanhou a evolução da receita, conforme Gráfico 14, sendo condicionada por fatores exógenos, nomeadamente, pelas cativações legais e pelo corte dos fundos disponíveis atribuídos, num contexto em que os *plafonds* orçamentais testemunham o subfinanciamento das necessidades da Força Aérea. Este cenário orçamental tem restringido, inquestionavelmente, o financiamento do regime de esforço da atividade aérea, a manutenção de infraestruturas e a substituição de viaturas e equipamentos.

O aumento da despesa em bens de investimento justifica-se, maioritariamente, pela celebração de contratos de grandes reparações, a modernização do sistema de armas C-130H e a aquisição dos helicópteros ligeiros AW119MKII “Koala”.

Gráfico 14 - Evolução da Despesa Orçamental



Fonte: Mapa de fluxos de caixa

Unidade monetária: Euro

### 3.5.1 Indicadores Orçamentais

A criação de indicadores de desempenho orçamental, através da análise da despesa e do nível de execução orçamental, contribui para o processo de melhoria contínua, viabilizando correções ao nível da gestão dos recursos.

Tabela 17 – Indicadores de Execução Orçamental (2018)

Peso das Receitas Próprias nas Receitas Totais	(Receitas Próprias/ Receitas Totais)	23%
Peso das Despesas com Pessoal na Despesa Total	(Despesas Pessoal/Despesa Total)	57%
Peso da Aquisição Bens e Serviços na Despesa Total	(Aquisição Bens e Serviços/Despesa Total)	27%
Peso da aquisição de bens de Capital na Despesa Total	(Bens de Capital/Despesa Total)	16%
Nível de Despesa sobre o Total da Receita	(Despesa Total/Receita Total)	94%

Fonte: Mapa de fluxos de caixa

Da análise aos resultados obtidos, destacam-se os seguintes factos, apresentados na Tabela 17:

- As receitas próprias geradas representam 23% das receitas totais, sendo que os restantes 77% são provenientes das dotações orçamentais inscritas no projeto orçamental da Força Aérea para o ano de 2018;
- Da globalidade da despesa, 57% respeita a despesas com o pessoal, 27% à aquisição de bens e serviços e 16% ao investimento.

## **4. Análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados**

Tendo com base os mapas resumo do balanço e da demonstração de resultados, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, procedeu-se a uma análise da situação económico-financeira da Força Aérea.

### **4.1 Análise da Situação Patrimonial – Balanço**

O balanço de uma entidade reflete a sua posição financeira, designadamente, a composição e o valor do seu património.

Na Tabela 18 verifica-se que o ativo líquido da Força Aérea ascende ao montante de 6.015.692.348,00€, apresentando um decréscimo de 4,59% relativamente ao ano transato, explicado, em grande medida, pelas amortizações anuais e pela diminuição do imobilizado – bens de domínio público e imobilizados corpóreos, referente à migração contabilística do imobilizado do extinto Hospital da Força Aérea para o EMGFA, conforme estatuído no Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, no montante de 103.977.739,00€ e ao abate, por sinistro, da aeronave C-130H, no valor líquido de 5.115.237,00€.

Quanto à estrutura patrimonial, realçam-se os bens de domínio público, onde se incluem, designadamente, terrenos (3.241.703.815,00€), edifícios (969.931.800,00€), infraestruturas e equipamentos de natureza militar (2.094.069.848,00€) e outras construções e infraestruturas diversas (2.367.795.816,00€), que representam 97,09% do total do ativo bruto.

Os fundos próprios, que representam 55,36% do total de fundos próprios e passivo, diminuíram em 2,14 %, por via do desconhecimento contabilístico de 83,4% do terreno do complexo do Lumiar, no valor de 86.908.242,85€, afetando o património da Força Aérea.

Os proveitos diferidos resultam dos valores obtidos no orçamento do Estado, aplicados na aquisição de ativos imobilizados amortizáveis e serão reconhecidos como proveitos, de acordo com a depreciação dos ativos cuja aquisição financiaram.

Tabela 18 – Balanço

ACTIVO	2018	%	TAV	2017	%
Imobilizado	8.961.254.406	99,05%	-1,17%	9.067.572.291	98,91%
Bens de Domínio Público	8.784.003.932	97,09%	-1,09%	8.880.847.744	96,87%
Imobilizações Incorpóreas	4.243.354	0,05%	31,66%	3.223.048	0,04%
Imobilizações Corpóreas	173.007.121	1,91%	-5,72%	183.501.498	2,00%
Investimentos Financeiros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
Circulante	86.067.763	0,95%	-13,96%	100.028.724	1,09%
Existências	34.614.611	0,38%	3,31%	33.504.674	0,37%
Dividas Terceiros M/L Prazo	0	0,00%	0,00%	0	0,00%
Dividas Terceiros C/Prazo	34.672.297	0,38%	-9,50%	38.309.808	0,42%
Conta no Tesouro, Instituições Financeiras e Caixa	16.780.856	0,19%	-40,52%	28.214.242	0,31%
Total do Ativo Bruto	9.047.322.169	100,00%	-1,31%	9.167.601.014	100,00%
Total Amortizações	3.029.298.025		5,88%	2.861.160.613	
Total Provisões	2.331.796		89,00%	1.233.764	
Total do Ativo Líquido	6.015.692.348		-4,59%	6.305.206.637	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>TAV</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>
<b>Fundos Próprios</b>					
Património	3.202.371.608	53,23%	-2,64%	3.289.279.851	52,17%
Subsídios	1.230	0,00%	0,00%	1.230	0,00%
Doações	11.777.118	0,20%	0,57%	11.710.421	0,19%
Resultados Transitados	102.235.038	1,70%	16,97%	87.405.832	1,39%
Resultado Líquido Exercício	13.864.153	0,23%	-6,51%	14.829.206	0,24%
Total dos Fundos Próprios	3.330.249.147	55,36%	-2,14%	3.403.226.540	53,97%
<b>PASSIVO</b>					
Dividas a Terceiros C/Prazo	16.798.148	0,28%	-40,40%	28.184.076	0,45%
Acréscimos e Diferimentos (Proveitos Diferidos)	2.668.645.053	44,36%	-7,14%	2.873.796.021	45,58%
Total do Passivo	2.685.443.201	44,64%	-7,46%	2.901.980.097	46,03%
Total Fundos Próprios e Passivo	6.015.692.348		-4,59%	6.305.206.637	

Fonte: Serviço de Inspeção e Auditoria da Força Aérea

Unidade monetária: Euro

## 4.2 Análise das Contas de Exploração – Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados apresenta os custos e os proveitos classificados por natureza, refletindo o desempenho económico da Organização.

Na Tabela 19 verifica-se que os custos totais são constituídos, maioritariamente, por custos operacionais. Estes são representados, em grande parte, pelos custos desembolsáveis, nomeadamente, custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos (58,69%), bem como pelos custos que não implicam o desembolso de meios monetários e seus equivalentes, como é o caso das amortizações (39,92%).

A diminuição, em 3,85%, dos custos totais, no ano de 2018 relativamente ao ano de 2017, é influenciada pelos custos operacionais e pelos custos e perdas extraordinárias. A redução dos custos operacionais é justificada, expressivamente, pelos gastos com pessoal, que decresceram 6,14%. Para este efeito contribuiu a redução de pessoal abrangido pelas pensões provisórias de reforma, por via da diminuição do tempo médio de espera para abono pela caixa geral de aposentações, alteração que se perspetiva como estrutural. Embora circunstancialmente, mas também com um contributo significativo, releva-se a diminuição das indemnizações por cessação de funções, abono conferido aos militares que cumpriram o contrato na íntegra, em resultado da inexistência de incorporações no ano de 2011 e reduzidas admissões no ano de 2012. Os custos e perdas extraordinárias são, em grande parte, justificados pela transferência contabilística do imobilizado do Hospital da Força Aérea para o EMGFA e pelo abate da aeronave C-130H, no âmbito do sinistro ocorrido na Base Aérea n.º 6.

As transferências do Tesouro, por conta das dotações orçamentais atribuídas, bem como as receitas consignadas, constituem grande parte dos proveitos operacionais que, conjuntamente com os proveitos e ganhos extraordinários, totalizam 99,94% dos proveitos totais.

A diminuição, em 3,92%, dos proveitos totais, no ano de 2018 relativamente ao ano de 2017, espelhou a redução dos proveitos operacionais, em consequência da entrada na fase final do programa de alienação de 12 aeronaves F-16 à República da Roménia.

A diferença entre os proveitos totais e os custos totais originou um resultado líquido de 13.864.153,00€, no exercício do ano de 2018, justificado pelo saldo que passa para a gerência seguinte de receita própria na posse do tesouro. Este saldo resulta, maioritariamente, dos processos ainda em curso no âmbito do programa, supracitado, de alienação de aeronaves F-16 à República da Roménia e o projeto de regeneração de potencial e de modernização da frota do C-130H, cuja autorização ocorreu em outubro, adiando, assim, os processos aquisitivos para o ano de 2019.

## Tabela 19 – Demonstração de Resultados

Custos e Perdas	2018	%	TAV	2017	%
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	6.250.593	1,10%	27,05%	4.919.889	0,83%
Fornecimentos e Serviços Externos	100.323.599	17,66%	2,56%	97.820.286	16,55%
Custos com o Pessoal	210.420.258	37,04%	-6,14%	224.175.329	37,94%
Transf. Corr. Cont. Prestações Sociais	0	0,00%	-100,00%	30	0,00%
Amortizações do Exercício	211.388.139	37,21%	-0,80%	213.090.605	36,06%
Provisões do Exercício	1.098.032	0,19%	1850,82%	56.286	0,01%
Outros Custos Operacionais	2.579	0,00%	-16,70%	3.096	0,00%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>529.483.198</b>	<b>93,19%</b>	<b>-1,96%</b>	<b>540.065.520</b>	<b>91,39%</b>
Custos e Perdas Financeiras	532.064	0,09%	619,90%	73.908	0,01%
Custos e Perdas Extraordinárias	38.146.315	6,71%	-24,88%	50.782.017	8,59%
<b>Total dos Custos</b>	<b>568.161.578</b>	<b>100%</b>	<b>-3,85%</b>	<b>590.921.445</b>	<b>100%</b>

Proveitos e Ganhos	2018	%	TAV	2017	%
Vendas e Prestações de Serviços	88.413	0,02%	-58,08%	210.902	0,03%
Impostos Taxas e outros	8.528.379	1,47%	7,29%	7.949.185	1,31%
Trabalhos para a própria entidade	375.743	0,06%	-81,65%	2.047.180	0,34%
Proveitos Suplementares	35.269.957	6,06%	-34,59%	53.920.813	8,90%
Transferências Tesouro	281.935.333	48,44%	-1,22%	285.430.977	47,12%
Outras	19.217.551	3,30%	52,98%	12.562.480	2,07%
Outros prov. ganhos operacionais	1.350	0,00%	-45,44%	2.475	0,00%
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>345.416.726</b>	<b>59,35%</b>	<b>-4,61%</b>	<b>362.124.013</b>	<b>59,78%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	345.590	0,06%	24,16%	278.347	0,05%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	236.263.415	40,59%	-2,91%	243.348.291	40,17%
<b>Total dos Proveitos</b>	<b>582.025.731</b>	<b>100%</b>	<b>-3,92%</b>	<b>605.750.651</b>	<b>100%</b>

Resumo:	2018		2017
Resultados Operacionais	-184.066.472	3,44%	-177.941.507
Resultados Financeiros	-186.475	-191,21%	204.439
Resultados Correntes	-184.252.947	3,67%	-177.737.068
Resultados Extraordinários	198.117.099	2,88%	192.566.274
Resultado Líquido do Exercício	13.864.153	-6,51%	14.829.206

Fonte: Serviço de Inspeção e Auditoria da Força Aérea

Unidade monetária: Euro

### 4.2.1 Indicadores Financeiros

O processo selecionado para apurar o desempenho económico e financeiro da Força Aérea assentou no método dos rácios, técnica bastante usada na análise económico-financeira, que consiste em estabelecer relações entre as contas do balanço e da demonstração de resultados. Este instrumento de apoio sintetiza a informação obtida das peças contabilísticas.

A Força Aérea, como serviço integrado da administração pública, cumpre com os princípios da conformidade legal e da regularidade financeira. O equilíbrio financeiro, quer de curto prazo, quer de longo prazo, é extremamente sólido.

A estrutura financeira indica a relação existente entre o passivo e os fundos próprios, traduzida na capacidade de se fazer face a compromissos com recurso, exclusivamente, aos fundos próprios que, no caso da Força Aérea, representa uma relação de 80,64%.

Os índices de liquidez geral, associados aos valores do fundo de maneiio, revelam a capacidade da Força Aérea fazer face aos compromissos de curto prazo, apresentando um risco de crédito nulo para os seus credores.

Tabela 20 – Indicadores de Execução Financeira

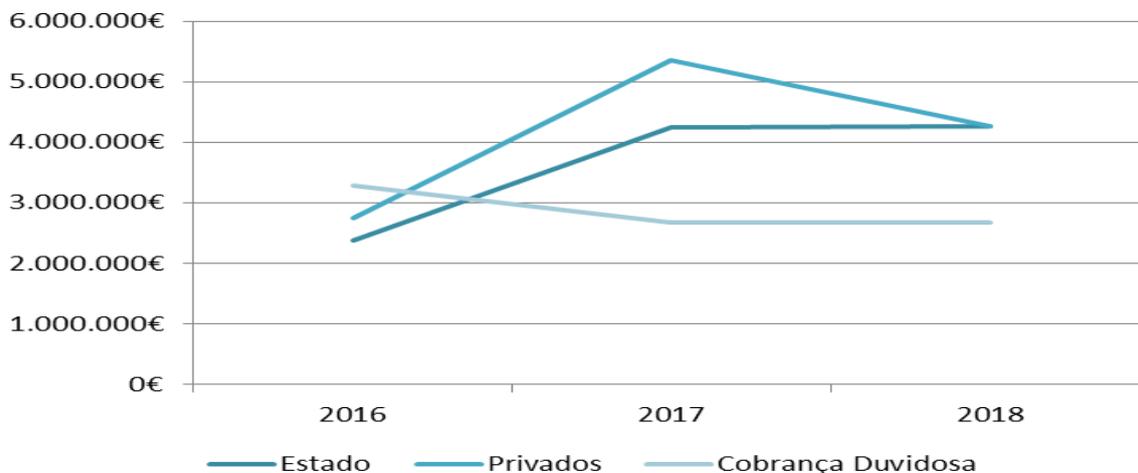
		2017	2018
Estrutura Financeira	Passivo/Fundos Próprios	85,27%	80,64%
Liquidez Geral	Ativo Circulante/Passivo Curto Prazo	354,91%	512,36%
Fundo de Maneio	Ativo Circulante - Dívidas Curto Prazo	71.844.647,81€	69.269.615,19€

Fonte: Direção de Finanças da Força Aérea

### 4.3 Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

A Força Aérea presta, no âmbito da sua atividade, serviços a diversas entidades públicas e privadas, pelas quais realiza receita. No Gráfico 15 pode observar-se a evolução das dívidas de clientes, por entidades públicas ou privadas, nos últimos três anos. Destaca-se a diminuição das dívidas dos clientes privados, em resultado do esforço empreendido na recuperação de créditos, do permanente acompanhamento de clientes e da ênfase dada às medidas de controlo, particularmente, ao nível do Serviço Administrativo e Financeiro.

Gráfico 15 – Síntese das Dívidas de Clientes



Fonte: Serviço Administrativo e Financeiro

#### 4.4 Informação sobre publicidade institucional

Na prossecução dos objetivos tendentes ao cumprimento da missão que lhe está atribuída, a Força Aérea executou, no ano de 2018, na rubrica com a classificação económica 02.02.17, ações de publicidade, no valor de 66.081,39€, distribuídas pelas seguintes categorias de despesa:

- Cumprimento das obrigações de publicitação previstas na lei, nomeadamente em Diário da República (44,11%);
- Publicidade institucional do Estado, através da aquisição de espaços publicitários em órgãos de comunicação social generalistas ou locais (4,82%);
- Aquisição de materiais publicitários e folhetos informativos no âmbito das diversas atividades da Força Aérea (51,07%).

A execução da despesa identificada nas alíneas b) e c) destinou-se, fundamentalmente, às ações de recrutamento de pessoal para os quadros permanentes e regime de contrato da Força Aérea.

## **5 Perspetiva futura**

Como perspetiva futura da Força Aérea, emerge, de imediato, o cumprimento integral da missão, em segurança e com eficácia, assente em níveis adequados de regime de esforço, de regeneração de meios e de qualificação de tripulações, a par com a manutenção dos recursos, humanos e materiais, necessários ao funcionamento normal da organização.

### **5.1 Objetivos de Gestão**

Tendo como desiderato primordial o cumprimento da missão, é determinante que a estratégia de gestão da Força Aérea seja executada de forma criteriosa e eficiente, garantindo uma utilização otimizada dos recursos disponíveis, norteada pelos objetivos de nível estratégico, que projetam o caminho a percorrer, visando a eficiência e a excelência no desempenho das atividades.

Os objetivos estratégicos da Força Aérea, para o sexénio 2017-2022, encontram-se plasmados no Despacho n.º 15/2017, objetivos de nível estratégico da Força Aérea 2017-2022, de 24 de fevereiro, do CEMFA, e na Diretiva n.º 04/2017, Diretiva de Planeamento da Força Aérea 2017-2022, de 24 de fevereiro, do CEMFA, conforme exposto no ponto 2.1 do presente relatório.

Num segundo nível surgem os objetivos operacionais, definidos em consonância com os objetivos estratégicos, através da Diretiva de Planeamento da Força Aérea 2017-2022, de 24 de fevereiro, do CEMFA, supramencionada, estruturando a forma como se planeia alcançar os resultados pretendidos, consubstanciando-se como diretores das áreas de atividade.

As atividades constituem o terceiro nível, constituindo um conjunto de ações que têm como finalidade a consecução dos objetivos operacionais.

Por forma a permitir a mensurabilidade, a objetividade e a uniformização no reporte da execução das atividades planeadas e da inerente utilização dos recursos disponíveis, foram definidos indicadores e metas globais de gestão, em áreas de especial interesse ou com relevante impacto no resultado operacional da Força Aérea, permitindo avaliar os níveis de eficácia, eficiência e qualidade obtidos.

Ao discriminar os objetivos a atingir, os programas a realizar e os recursos a utilizar, bem como as ferramentas que permitem avaliar as metas a atingir, torna-se possível avaliar o percurso efetuado, identificar os desvios, aferir os resultados e estruturar informação relevante, tendo em vista o aperfeiçoamento dos processos.

### 5.2 Pessoal

No âmbito da reforma da defesa nacional, entre os anos de 2012 e 2015, verificou-se uma redução de 13,7% do efetivo no ativo da Força Aérea, sobretudo ao nível do regime de contrato. No biénio 2016-2017 manteve-se essa tendência, materializada numa redução de 66 efetivos dos quadros permanentes e de 149 efetivos do regime de contrato. Estas reduções traduziram-se numa quebra da capacidade do Ramo em suprir as próprias necessidades de efetivos e em colocar militares nas estruturas do EMGFA, conforme previsto nos respetivos quadros orgânicos e fora da estrutura orgânica das Forças Armadas.

O Despacho n.º 9200/2018, de 13 de setembro, do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 189, de 01 de outubro, “Número de vagas para admissão, durante o ano de 2018, aos cursos tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos quadros permanentes”, autorizou a admissão de 69 oficiais e de 63 sargentos face aos 75 oficiais e 113 sargentos propostos pela Força Aérea. Esta redução das admissões impede a Força Aérea de garantir os níveis médios de admissões anuais necessários ao suprimento das necessidades funcionais, com diversas consequências, das quais se destacam:

- a. A curto prazo, o risco significativo de rutura na continuidade da transmissão de *know-how* nas áreas das operações e da manutenção;
- b. A longo prazo, a criação de uma estrutura de efetivos desequilibrada nos diversos quadros especiais, por não ser possível assegurar o provimento regular dessa mesma estrutura.

A redução de efetivos que se tem verificado ao longo dos últimos anos tem tido, e continuará a ter, impacto na capacidade operacional.

Concomitantemente com um quadro de efetivos insuficiente, em 27 de outubro de 2017, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, atribuiu à Força Aérea o comando e a gestão centralizados dos meios aéreos de combate a incêndios florestais, o que se traduz num incremento das atribuições/missões da Força Aérea.

Face ao exposto, a tendência de evolução decrescente dos efetivos terá, obrigatoriamente, que ser corrigida no curto prazo, sendo imperativo promover a implementação das seguintes medidas:

- a. Aumento dos ingressos nos quadros permanentes, de modo a preconizar a necessária reposição dos efetivos para dar resposta às necessidades funcionais, minorar as situações de rutura no suprimento dos quadros especiais e evoluir no sentido de aproximar as existências aos máximos autorizados pela tutela, dentro e fora da estrutura orgânica das Forças Armadas;
- b. Aumento das admissões no regime de contrato e no regime de contrato especial, no sentido de atenuar o efeito das saídas planeadas (fim do período máximo de contrato) e inopinadas, sendo estas estimadas, essencialmente, com base na média da atrição durante a frequência dos cursos de formação e no histórico dos pedidos de rescisão de contratos.

### 5.3 Operação

O cumprimento das missões que, por lei, estão atribuídas à Força Aérea, constitui o produto operacional da Força Aérea. No entanto, existem outros produtos, resultantes de processos de suporte, que são essenciais para gerar esse produto operacional, em vetores tão variados como a disponibilização de aeronaves prontas e a formação de pilotos. Observando a evolução dos últimos anos, conclui-se que o produto operacional tem sido garantido, eficazmente, em tempo de paz. Todavia, as crescentes limitações das capacidades operacionais, num contexto mais adverso, podem ter impacto negativo nesse produto. Na génese destas limitações está a sustentabilidade dos processos de suporte, fortemente afetada por limitações de financiamento e de pessoal.

No ano de 2018, o número de aeronaves prontas para voo manteve a tendência decrescente, verificada desde o ano de 2012, e realizaram-se, aproximadamente, menos 1.000HV do que no ano de 2017, factos que, não tendo afetado a realização das missões operacionais, tiveram forte impacto na formação de pilotos e na sua evolução operacional. A restrição operacional verificada coloca a Força Aérea num contexto de enorme complexidade face a incertezas futuras, nomeadamente, a receção de novas frotas, o acréscimo de missão resultante da transferência de responsabilidades no âmbito do combate aos incêndios rurais e as alterações ao dispositivo resultantes do Aeroporto Complementar de Lisboa.

Em termos de transformações, assinala-se a adaptação da Força Aérea à sua nova função de comando e gestão centralizados dos meios de combate a incêndios rurais e a preparação para a transferência da Esquadra 101 de Instrução Básica, da Base Aérea n.º 1 para a Base Aérea n.º 11, decorrente da reestruturação em curso do espaço aéreo na Área Terminal de Lisboa.

No respeitante a alterações de capacidades, perspetiva-se o desenvolvimento de um projeto para a instalação, em Beja, de um Centro Internacional de Treino de Pilotagem Avançada, que vai permitir colmatar a lacuna deixada pelo *phase-out* da frota Alpha-Jet, a candidatura para se sedear, em Sintra, o *Multinational Helicopter Training Center*, o processo em curso para o *phase-in* da frota AW119MKII “Koala” e *phase-out* do Alouette III e as modernizações das frotas C-130H e Falcon 50 no âmbito do Single European Sky. Prossegue, ainda, o processo de alienação de 5 aeronaves F-16 à Roménia e o programa de *upgrade* da frota F-16 MLU.

No que concerne ao empenhamento operacional, para além do cumprimento dos compromissos estabelecidos no âmbito das FND, é necessário prosseguir a regeneração das tripulações, traduzida num regime de esforço de 18.610HV. Neste contexto, destaca-se a preparação de tripulações táticas das frotas do C-130H/C-295M para a missão MINUSMA, operação da ONU no Mali, a ocorrer no ano de 2020, e a preparação para a avaliação OTAN (TACEVAL) ao sistema de armas F-16, a ocorrer no ano de 2021.

Paralelamente, a organização e *governance* da Força Aérea, na qual se alicerça a componente operacional, depara-se com a necessidade de reestruturar os processos de planeamento e de funcionamento, de forma a suscitar uma maior capacidade de adaptação a um contexto complexo e em acelerada mudança. Em concreto, pretende-se, no ano de 2019, desenvolver um plano orientador para a área operacional, que assente numa base de sustentabilidade operacional de médio prazo e que esteja alinhado numa estratégia sinérgica global com todas as outras áreas setoriais. Para além dos inerentes ganhos de eficiência, pretende-se que exista uma maior visibilidade e materialidade destes processos e de todos os elementos que concorrem para o produto operacional, potenciando, desta forma, uma gestão mais eficiente e mais eficaz.

No contexto externo e no âmbito da segurança cooperativa existem desenvolvimentos relevantes, ao nível da OTAN e da UE, que impõem uma avaliação pela Força Aérea, dada a relevância que detêm na estratégia de defesa. Estes vão no sentido de uma maior prontidão dos meios, capacidade e rapidez de projeção e sustentação das forças destacadas, operação em ambientes não permissivos (*Cyber Operations e Electronic Warfare*), bem como uma aposta clara nos meios e cooperação em *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*. Deste modo, numa perspetiva de longo prazo, importa reavaliar as capacidades atuais e as projetadas em sede da LPM, bem como a doutrina operacional relativa ao seu emprego, de forma a extrair desses meios um produto operacional relevante e resiliente, dando forma à ambição nacional traçada no domínio da segurança e defesa nacional.

## 5.4 Capacidades Militares

A Força Aérea assenta num modelo baseado em capacidades, definido no sistema de forças, e respeita orientações específicas no âmbito dos planos de defesa da OTAN e da UE, permitindo cumprir as missões conjuntas e específicas atribuídas, bem como assegurar uma adequada resposta aos novos desafios, numa ótica de incremento da eficácia operacional. Porém, as forças e os meios constantes das capacidades da Força Aérea apresentam necessidades de financiamento substanciais para aquisição, modernização e substituição, não esquecendo as ações de sustentação e regeneração de potencial dos meios existentes. A programação financeira apresentada em sede de LPM visa colmatar, parcialmente, estas necessidades.

Considerando a necessidade de assegurar o aumento do empenhamento operacional, em resposta ao nível de ambição estabelecido politicamente e aos compromissos assumidos, a nível nacional e internacional, mantendo um grau adequado de edificação do previsto no sistema de forças, a Força Aérea deve consolidar, preservar e continuar a erigir as capacidades militares seguidamente descritas:

1. Comando e Controlo Aéreo (CA1). Potenciar a capacidade de comando e controlo, na configuração, no tempo e no local adequados, de forma a que permita otimizar a utilização, a operação e a exploração dos meios, implementando e mantendo um sistema de comando e controlo aéreo permanente, 24 horas/7 dias por semana (24/7), cobrindo todo o espaço de soberania e sob responsabilidade e jurisdição nacional, assegurando conectividade para operações conjuntas/combinadas e com a OTAN e a UE. Pretende-se, igualmente, dotar a Força Aérea com sistemas de comunicações e de informação, interoperáveis e com capacidade de interação em rede (incluindo *Network Centric Warfare*), assegurando a ligação entre as redes de sistemas de comunicações e de informação da Força Aérea, as estruturas congéneres nacionais e as organizações de segurança e de defesa que Portugal integra;
2. Vigilância, Deteção, Identificação e Intervenção no Espaço Aéreo (CA2). Implementar e manter um sistema de vigilância, deteção e identificação permanente, 24 horas/7 dias por semana (24/7), em todo o território nacional, abrangendo, na máxima extensão possível, o espaço estratégico de interesse nacional permanente, devidamente conjugado com o sistema integrado de defesa aérea da OTAN (*OTAN Integrated Air and Missile Defence System*) e com meios de *quick reaction alert-interceptor* (QRA-I). O sistema de vigilância, deteção e identificação permanente visa detetar, identificar e seguir os movimentos de aeronaves e mísseis, tanto amigos como de potenciais adversários, através da observação permanente do espaço aéreo, por meios eletrónicos, assim como informar, controlar e apoiar o tráfego aéreo

- militar e civil, no espaço aéreo sob responsabilidade nacional, garantindo a sua segurança e um fluxo ordenado e expedito;
3. Luta Aérea Ofensiva e Defensiva (CA3) e Luta Ar-Solo/Superfície (CA4). Manter em permanente prontidão nacional e atribuição à OTAN e à UE de uma força de aeronaves de combate, incluindo a sua projeção e a sustentação de operações, a nível nacional ou internacional, com a finalidade de neutralizar e retardar o potencial militar aéreo do inimigo, quer através de ações de luta aérea ofensiva e defensiva (incluindo policiamento aéreo), quer através de ações de interdição aérea ou apoio aéreo próximo às forças terrestres, bem como, em operações aéreas conduzidas em ambiente aeronaval, visando detetar, vigiar, neutralizar e destruir o poder naval adversário;
  4. Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento Terrestre e Marítimo (CA5). Implementar e manter um sistema de vigilância, reconhecimento e patrulhamento integrado, orientado para o espaço de soberania e de responsabilidade e jurisdição nacional, e empregar, sistemática e persistentemente, nestas áreas, meios aéreos de vigilância, reconhecimento e patrulhamento, mantendo em permanente prontidão e atribuição à OTAN e à UE, meios aéreos dedicados a *Joint Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* e ao patrulhamento marítimo, com capacidade de projeção e de sustentação de operações a nível nacional e internacional. O sistema de vigilância, reconhecimento e patrulhamento visa também:
    - a. Recolher e disseminar dados, em tempo real, e obter informações, sobre a situação e movimentos do adversário ou potencial adversário, contribuindo, simultaneamente, para a satisfação das necessidades operacionais das outras componentes do sistema de forças;
    - b. Assegurar, no espaço estratégico de interesse nacional permanente, a vigilância e o controlo da poluição no mar, do contrabando aduaneiro, do tráfico de estupefacientes e da imigração ilegal, bem como a fiscalização das atividades de pesca na zona económica exclusiva;
    - c. Realizar operações aéreas em apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil, no âmbito da vigilância, da deteção e da assistência no combate aos incêndios, com recurso a equipamento de vigilância específico;
    - d. Efetuar operações aéreas de reconhecimento fotográfico e geofísico, com o objetivo de colaborar com as entidades civis e militares no levantamento cartográfico do território nacional, na pesquisa e registo de recursos naturais e, genericamente, na satisfação e melhoria da qualidade de vida das populações;
  5. Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial (CA6). Manter, em estado de prontidão permanente, meios de transporte aéreo:

- a. Estratégicos, preparados para desenvolver operações em qualquer região do globo, garantindo a mobilidade que permita a projeção de Conjuntos Modulares de Forças, incluindo a sua sustentação, movimentação e evacuação;
  - b. Táticos, preparados para atuar em teatros de operações no espaço estratégico de interesse nacional permanente e no espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, assegurando a mobilidade, através de transporte aéreo intrateatro, permitindo às forças serem projetadas, sustentadas, movimentadas ou evacuadas. Deve garantir, igualmente, a evacuação de cidadãos nacionais de áreas de crise ou conflito, bem como, quando solicitado e após análise da situação, apoiar as forças de operações especiais;
  - c. Especiais, preparados para atuar no espaço estratégico de interesse nacional permanente e no espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, destinados ao transporte de altas entidades do Estado, evacuações sanitárias, transporte de órgãos humanos, evacuação de zonas onde ocorram catástrofes naturais, apoio às forças de segurança, apoio a missões de proteção civil, apoio ao combate a fogos e outras de interesse público;
6. Busca e Salvamento (CA7). Manter, em elevado estado de prontidão permanente, 24 horas/7 dias por semana (24/7), meios de busca e salvamento preparados para atuar no espaço estratégico de interesse nacional permanente. No âmbito das necessidades nacionais e em cumprimento dos compromissos internacionais assumidos, visa, igualmente, empregar meios aéreos com equipas de salvamento e equipamento especializados, em missões de busca e salvamento aéreo, marítimo e terrestre;
7. Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação da Força (CA8). Pretende-se:
- a. Manter os equipamentos e um sistema de apoio à projeção das forças e ao seu emprego operacional, projetar as forças de proteção próxima e assegurar as condições de sustentabilidade, no âmbito da logística das operações;
  - b. Projetar um destacamento aéreo modular, para execução de operações conjuntas e combinadas;
  - c. Garantir a proteção ativa e passiva das forças destacadas, seja em ambientes convencionais, seja em ambientes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos;
8. Instrução de Pilotagem e de Navegação Aérea (CA9). Pretende-se assegurar a:
- a. Formação inicial de pilotos e de navegadores, desde a seleção até à qualificação em pessoal navegante permanente;
  - b. Formação avançada para pilotos de aeronaves de combate;
  - c. Formação especializada em aeronaves de asa rotativa;

9. Reservas de Guerra (CA12). Garantir a disponibilidade de armamento, equipamento e munições para os sistemas de armas da Força Aérea e para o emprego operacional sustentado dos meios e das forças, nas diversas capacidades inerentes ao combate, vigilância, busca e salvamento, bem como assegurar as reservas de armamento necessárias para cumprir com as missões de combate dos meios aéreos com base nos *standards* da OTAN.